



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL

Relatório de Análise Gerencial da Estratégia

Justiça Federal - 5ª Região

Coleta de indicadores

Ano de 2013

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	3
2. VISÃO DE FUTURO	4
3. PERSPECTIVA SOCIEDADE	6
4. PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	7
5. PERSPECTIVA RECURSOS	53
6. PAINEL DE DESEMPENHO DE INDICADORES – 5ª REGIÃO	64
7. CAMINHO CRÍTICO – 5ª REGIÃO	68
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69

1. Apresentação

Este Relatório de Análise Gerencial da Estratégia da Justiça Federal da 5ª Região está estruturado em conformidade com a Metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal, incorporando, inclusive, as sínteses da reunião do Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, constituído através da Portaria TRF5 nº 1282, de 15 de dezembro de 2009, sendo realizada em 22 de maio de 2014.

2. Visão de futuro

Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica até 2014.

Indicador:

1 - Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TAMJF = \frac{MAJF}{TMJF} \times 100$$



Onde:

TAMJF = Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal;

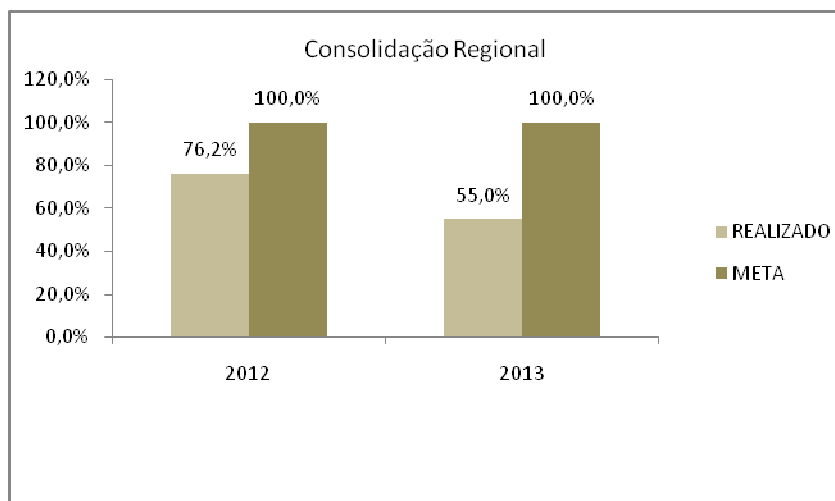
MAJF = Metas do PEJF alcançadas;

TMJF = Total de metas do PEJF.

1.1. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Metas do PEJF alcançadas	16	11
Total de metas do PEJF	21	20
REALIZADO	76,2%	55,0%
META	100,0%	100,0%
DESEMPENHO	76,2%	55,0%
SEMÁFORO		

1.2. Gráfico da consolidação regional.



1.3. Análise do resultado do indicador.

Para o cálculo do desempenho deste indicador deveriam ser considerados 33 índices vinculados aos objetivos estratégicos do PEJF. Porém, em 2013, somente 20 indicadores estratégicos tiveram suas variáveis coletadas pela JF5.

Dessa maneira, dos 13 índices que não houve possibilidade de mensuração dos seus resultados pela JF5, 8 dependem da atuação do CJF na sua coleta ou necessitam de aplicação de pesquisa. São eles: Indicador 2: Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão) – A JF da 5ª Região, com coordenação do Conselho da Justiça Federal, iniciou, em 18/11/2013, pesquisa de satisfação junto aos usuários da Justiça Federal (partes, advogados, procuradores), cuja divulgação do resultado está prevista para o mês de abril do ano corrente; Indicador 3: Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal - pesquisa a ser realizada pelo CJF em 2014; Indicador 5: Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais – a coleta deverá ser efetuada pelo CJF; Indicador 8: Taxa de efetividade do acesso à justiça – pesquisa a ser realizada em 2014; 9: Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF disponíveis via web – o projeto está em desenvolvimento no CJF; Indicador 23: Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização – variáveis do índice serão coletadas pelo CJF; e, Indicador 32: Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade - em fase de diagnóstico pelo CJF.

O Indicador 4 - Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidas para a Justiça Federal – foi excluído do portfólio de indicadores estratégicos, pelo Comitê Gestor do PEJF, em reunião ocorrida em 15/04/2013, em razão da dificuldade de coleta das variáveis, decorrente da falta de definição sobre os padrões e metodologias a serem verificados.

O cálculo do indicador 25 (Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal), utilizado para mensurar a execução do objetivo estratégico “Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa”, dependia da efetiva implantação da gestão por processos de trabalho na Justiça Federal, que está sendo coordenada pelo CJF, e embora seu resultado tenha sido apresentado no exercício anterior, verificou-se, no decorrer de 2013, que a descrição do indicador está causando dificuldades na ocasião do levantamento de dados, por

conta da falta de definições criteriosas em relação aos processos de trabalho estratégicos da Justiça Federal.

Os quatro índices restantes, 26 (Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas), 27 (Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas), 33 (Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida) e 34 (Taxa de execução orçamentária-financeira dos projetos em relação ao planejada), não foram mensurados, até a finalização da elaboração deste relatório, pois as variáveis apresentam ainda grandes dificuldades de coletas.

Quanto aos indicadores 26 e 27, vinculados ao objetivo estratégico “Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia”, o diretor da Subsecretaria de Pessoal do TRF5, na reunião do Comitê Institucional, objetivando a análise da estratégia no decorrer de 2013, destacou que o CNJ está aprovando uma resolução sobre gestão de pessoas, onde um dos artigos impõe que os órgãos implantem a gestão por competências, que, quando efetivamente implantada, possibilitará a mensuração dos indicadores. Argumentou, ainda, que implantar um programa de gestão por competências depende de um programa macro, e não do Tribunal. Destacou, também, a importância da inserção da gestão de pessoas no planejamento estratégico.

Por conseguinte, na variável TMJF (total de metas do PEJF) utilizaremos tão-somente as metas vinculadas aos indicadores com capacidade de mensuração.

Cotejando as performances da JF5 entre os anos de 2012 e 2013, verifica-se um retrocesso.

A título de justificativa, dentre os índices com recuos em seus desempenhos em 2013, vale a pena consignar que dois (02) indicadores tiveram suas metas revisadas, considerando a metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal, sendo o primeiro, após definição da Corregedoria-Regional do TRF5, a Taxa de Congestionamento da fase Conhecimento do 1º Grau (TCC_{1º}), atualizada de 52% para 40%, e o outro a Taxa de Congestionamento do 2º Grau (TC_{2º}), com ajuste de 67,5% para 45%, por deliberação dos gestores do Comitê Institucional do TRF5, em reunião de análise da estratégia (RAE), consoante sugestão da direção da Secretaria Judiciária do Tribunal.

Em relação ao Indicador 14 (Taxa de processos no 2º Grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano), a gestora da Secretaria Judiciária já havia previsto, na RAE de 2013, que brevemente chegaríamos à situação de não ser possível julgar 10% a mais que os distribuídos, pois os gabinetes estavam reduzindo drasticamente os seus estoques de processos antigos. Acrescenta-se que a meta para o índice, em relação ao ano de 2013, tinha sido fixada em um grau maior, ou seja, 15%.

3. Perspectiva Sociedade

Objetivo estratégico: Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

Descrição do objetivo: Prestar serviços jurisdicionais de qualidade, de forma rápida, acessível e efetiva, com segurança jurídica e transparência, na busca da satisfação dos jurisdicionados da Justiça Federal.

Indicador:

2 - Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão).

A JF da 5ª Região, com coordenação do Conselho da Justiça Federal, iniciou, em 18/11/2013, pesquisa de satisfação junto aos usuários da Justiça Federal (partes, advogados, procuradores), cuja divulgação do resultado está prevista para o mês de abril do ano corrente.

Análise do objetivo:

O alcance do objetivo estratégico será mensurado através da aplicação de instrumento de pesquisa de investigação acerca da satisfação dos usuários/cidadãos em relação aos serviços jurisdicionais prestados pela Justiça Federal.

Nesse sentido, foi criado grupo de trabalho integrado por representantes dos TRFs e do CJF, com atribuição de elaborar e implantar o Projeto de Pesquisa de Satisfação 2013, bem como analisar os resultados por ela produzidos. A divulgação dos resultados está prevista para ocorrer em 2014.

4. Perspectiva Processos Internos

Tema: Alinhamento e integração

Objetivo estratégico: Assegurar a atuação sistêmica na Justiça Federal.

Descrição do objetivo: Garantir que os sistemas organizacionais da Justiça Federal atuem de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos, padrões, metodologias, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional, conforme preconiza a Lei n. 11.798/2008.

Sistemas organizacionais regulamentados:

Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Planejamento e Orçamento; Desenvolvimento Institucional; Obras; Informação e Documentação; Controle Interno; Estatística; Comunicação; Escolas da Magistratura.

Indicadores:

3 - Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal.

Pesquisa a ser realizada pelo CJF em 2014.

4 - Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidas para a Justiça Federal.

O Comitê Gestor do PEJF deliberou, em reunião ocorrida em 15/04/2013, pela exclusão do índice do portfólio de indicadores, em razão da dificuldade de coleta das variáveis, decorrente da falta de definição sobre os padrões e metodologias a serem verificados.

5 - Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais.

A coleta deverá ser procedida pela AGE Nacional.

Análise do objetivo:

As iniciativas locais/regionais “Padronização de termos de referência, projetos básicos e editais de licitação”, “Sistema de Planejamento da execução orçamentária da JF5” e “Compras Integradas” são as contribuições da Justiça Federal da 5ª Região encaminhadas a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhadas ao objetivo em exame.

Tema: Acesso à justiça

Objetivo estratégico: Facilitar o acesso à justiça.

Descrição do objetivo: Garantir o amplo acesso ao maior número de cidadãos à resolução de conflitos.

Indicadores:

6 - Taxa de implantação de varas.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TIV = \frac{NVI}{NVP} \times 100$$

Onde:

TIV = Taxa de implantação de varas prevista para o período;

NVI = Número de varas implantadas no período;

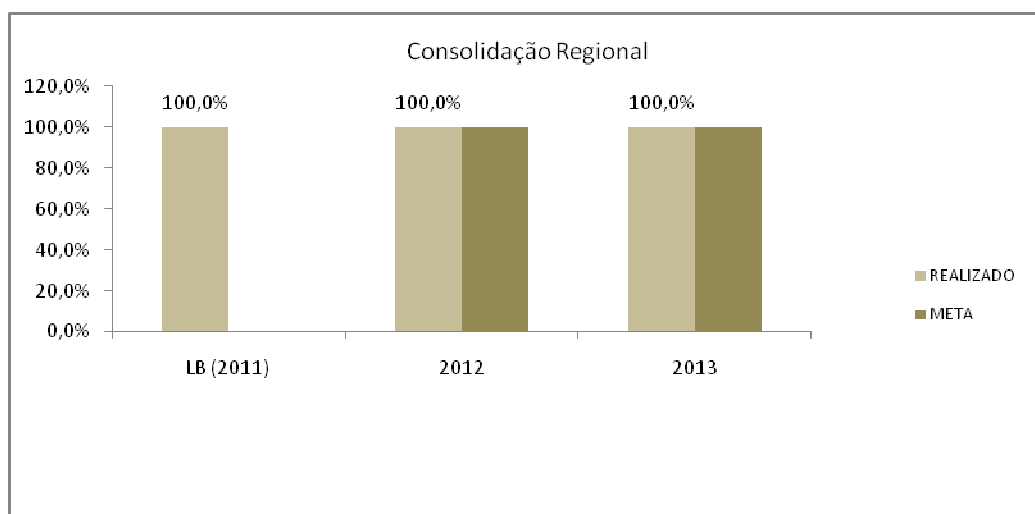
NVP = Número de varas previstas para implantação no período.

6.1. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012	2013
		Acumulado jan/dez	Acumulado jan/dez
Número de varas implantadas no período	9	10	9

Número de varas previstas para implantação no período	9	10	9
REALIZADO	100,0%	100,0%	100,0%
META		100,0%	100,0%
DESEMPENHO		100,0%	100,0%
SEMÁFORO		●	●

6.2. Gráfico da consolidação regional.



6.3. Análise do resultado do indicador.

A JF5 está executando as disposições da Lei nº 12.011/2009, do mesmo modo que o cronograma de instalação de varas federais aprovado pela Resolução nº 102, de 14 de abril de 2010 e atualizado através da Resolução nº 167, de 23 de novembro de 2011, ambas do Conselho da Justiça Federal.

6.4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

O projeto “Implantação das 230 varas federais estabelecidas na Lei nº 12.011/2009” é suficiente para o alcance da meta, devendo ser mantido.

7. Taxa de nomeação de cargos vagos de magistrados.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TNM = \frac{NNE}{NNP} \times 100$$

Onde:

TNM = Taxa de nomeação de magistrados

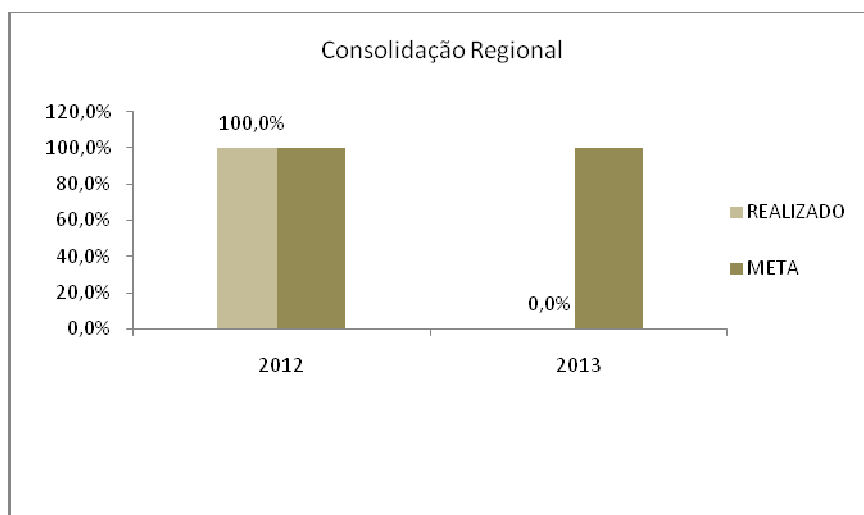
NNE = Nº de nomeações efetivadas;

NNP = Nº de nomeações previstas.

7.1. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012	2013
	Acumulado jan/dez	Acumulado jan/dez
Nº de nomeações efetivadas	16	0
Nº de nomeações previstas	16	40
REALIZADO	100,0%	0,0%
META	100%	100%
DESEMPENHO	100,0%	0,0%
SEMÁFORO	●	●

7.2. Gráfico da consolidação regional.



7.3. Análise do resultado do indicador.

No ano de 2012, a JF5 executou as determinações da Lei nº 12.011/2009 (Dispõe sobre a criação de 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras

providências.), bem como da Lei 12.665/2012 (Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001).

Em relação ao ano de 2013, apesar do edital de abertura do XII concurso público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da 5ª Região haver sido publicado no começo de outubro/2012, as nomeações de cargos vagos de magistrados previstas não foram concretizadas, pois o resultado final da seleção e sua homologação apenas ocorreu no início de 2014.

A Diretora da Secretaria Judiciária deste TRF5, na reunião do Comitê Institucional, objetivando a análise da estratégia no decorrer de 2013, destacou que em relação a esse indicador, por mais que o Tribunal seja célere, não há garantia de que o concurso vai terminar no final do ano, em face dos recursos que podem ser apresentados.

Desse modo, a JF5 não alcançou a meta fixada para a taxa de nomeação de cargos vagos de magistrados no ano de 2013.

7.4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Foram implementadas, com a devida antecedência, as providências necessárias quanto à realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para provimento de cargos de magistrados na 5ª Região. Entretanto, em face do término do certame ter sido em 2014, não houve em 2013 a nomeação dos cargos vagos de magistrados.

8 - Taxa de efetividade do acesso à justiça.

O Conselho da Justiça Federal, em parceria com os tribunais regionais federais e demais unidades da Justiça Federal, deu início, no dia 18 de novembro de 2013, à Pesquisa de Satisfação dos Usuários da Justiça Federal, direcionada às partes, advogados, procuradores, peritos e defensores públicos, cuja divulgação dos resultados está prevista para ocorrer no final de abril de 2014.

9 - Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF disponíveis via web.

A mensuração do indicador estava prevista para 2013, porém o projeto ainda está em desenvolvimento no CJF.

Análise do objetivo:

O projeto de “Implantação das 230 varas federais estabelecidas na Lei nº 12.011/2009” é significativo no sentido de proporcionar maior acesso dos cidadãos à Justiça Federal.

Por outro lado, em relação ao efetivo peticionamento eletrônico ocorrido na Justiça Federal da 5ª Região, no exercício de 2013, verificamos que do total de casos novos, 442.686 processos distribuídos na JF5, 373.504 feitos ingressaram através de peticionamento eletrônico, resultando em um Índice de Processos Eletrônicos (ProcEI) - relação entre os processos distribuídos de forma eletrônica e o total de processos ingressados - de 84,8%, desta forma superior a média da Justiça Federal no período, conforme informação do Sistema Justiça em Números.

Quanto à iniciativa local/regional “Expedição, via web de certidão regional positiva/negativa Cível, Penal, Fiscal e Eleitoral”, contribuição da Justiça Federal da 5ª Região encaminhada a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhada ao objetivo em exame, a direção da Secretaria Judiciária propôs a retirada do projeto, por falta de definições do CJF, em Reunião de Análise Estratégica realizada em 2013.

O objetivo estratégico em exame encontra-se atualmente com semáforo vermelho, tendo em vista que a Taxa de nomeação dos cargos vagos de magistrados apresentou desempenho abaixo de 70% do alcance da meta, conforme Metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal.

Tema: Eficiência operacional.

Objetivo estratégico: Agilizar os trâmites judiciais.

Descrição do objetivo: Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais pendentes a fim de assegurar a razoável duração do processo.

Indicadores:

10 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TCC_{1^{\circ}} = 1 - \frac{TBaix_{1^{\circ}}}{(CnC_{1^{\circ}} + CpC_{1^{\circ}})}$$

Onde:

TCC_{1º} = Taxa de congestionamento na fase de conhecimento de 1º grau;

TBaix_{1º} = Total de processos judiciais baixados de 1º grau;

CnC_{1º} = Casos novos de conhecimento de 1º grau;

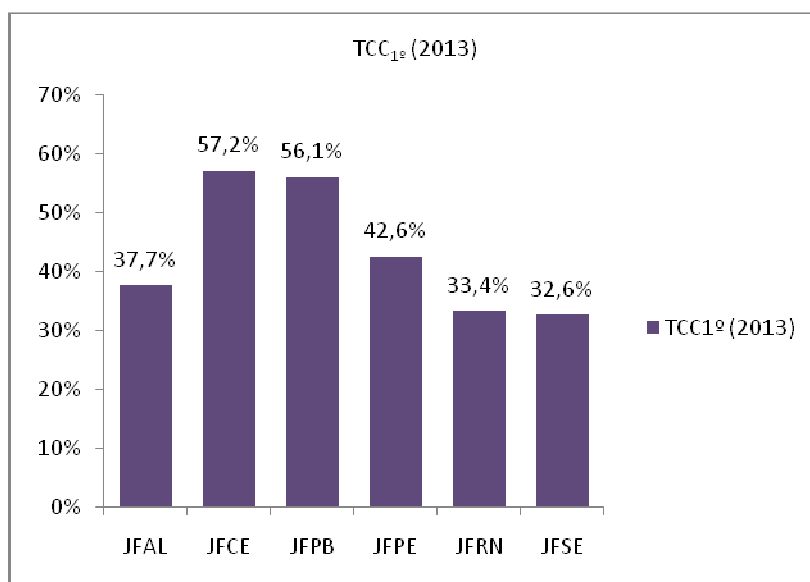
CpC_{1º} = Casos pendentes de conhecimento de 1º grau.

10.1. Desempenhos por Seccionais.

	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Total de processos judiciais baixados de 1º grau	4.446	9.509	5.871	10.426	6.331	3.632
Casos novos de conhecimento de 1º grau	2.141	7.035	3.414	6.774	3.002	2.510
Casos pendentes de conhecimento de 1º grau	4.992	15.167	9.966	11.400	6.498	2.880
TCC _{1º} (2013)	37,7%	57,2%	56,1%	42,6%	33,4%	32,6%

META	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%
DESEMPENHO	103,9%	71,4%	73,1%	95,6%	111,1%	112,3%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●

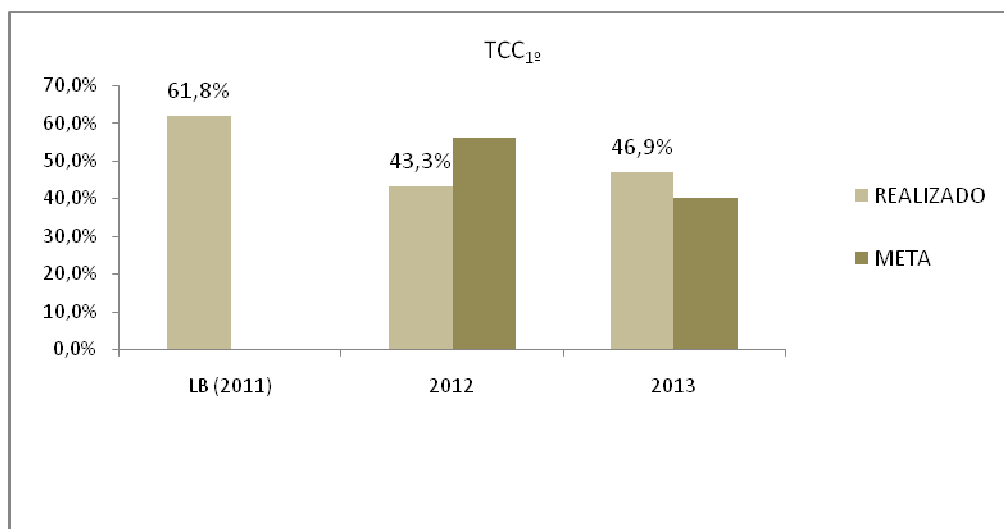
10.2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.



10.3. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012	2013
		Acumulado jan/dez	Acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados de 1º grau	37.398	45.397	40.215
Casos novos de conhecimento de 1º grau	33.548	29.596	24.876
Casos pendentes de conhecimento de 1º grau	64.227	50.455	50.903
REALIZADO	61,8%	43,3%	46,9%
META		56,0%	40,0%
DESEMPENHO		128,9%	88,4%
SEMÁFORO		●	●

10.4. Gráfico da consolidação regional.



10.5. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a TCC_{1º} alcançou o percentual de 61,8%, conforme verificado no quadro 3 – Desempenho Regional (JF5).

No ano de 2012, podemos inferir que a Justiça Federal de 1º Grau da 5ª Região, em relação à fase de conhecimento, conseguiu finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (número de casos novos ingressados no período acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 43,3%.

Em face do resultado obtido no índice, no exercício de 2012, ter sido mais satisfatório quando comparado à meta estabelecida (56%) e, inclusive, em relação à meta fixada para o final do período do planejamento estratégico (50%) e em conformidade com a metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal, em especial em relação à etapa “Gerenciar a Estratégia”, a Corregedoria-Regional da JF5 definiu os ajustes necessários nas metas da TCC_{1º}, fixando em 40% a meta para o ano de 2013, e 37% para 2014.

Quanto ao ano de 2013, ao mensurar o índice, verifica-se um pequeno incremento na TCC_{1º} da Justiça Federal de 1º Grau da 5ª Região em relação ao resultado obtido no exercício anterior, mudando de 43,3% para 46,9%, e dessa maneira não houve o alcance da meta estabelecida pela Corregedoria-Regional (40%).

Provavelmente, a prioridade no julgamento dos processos inclusos na Meta 18/2013¹ foi uma das causas do não alcance do alvo estabelecido para o exercício de 2013, pois, em princípio, são processos cuja tramitação são de maior complexidade. Aliás, essa hipótese foi formulada pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária do Ceará no decorrer do Curso de Iniciação à Magistratura destinado aos magistrados aprovados no XII Concurso para Juízes Federais Substitutos da 5ª

¹ Meta 18/2013: Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011. A JF5 alcançou, em 2013, o expressivo percentual de cumprimento de 79,48%.

Região. A Diretora da Secretaria Judiciária deste TRF5, na reunião do Comitê Institucional, objetivando a análise da estratégia no decorrer de 2013, lembrou que os processos relacionados à meta 18 envolvem o processamento de cartas precatórias e cartas de ordem.

Posteriormente, em reunião com os diretores de Núcleo Judiciário das Seccionais da 5ª Região, ocorrida em 17/02/2014, neste Tribunal, foi transmitida a informação de que em algumas unidades judiciárias foram designados servidores para o acompanhamento preferencial dos processos pendentes de julgamento da Meta 18/2013, corroborando com a opinião acima registrada.

Em relação ao desempenho regional, constata-se que o quantitativo de casos de conhecimento pendentes (de baixa) no 1º grau (50.903) manteve-se perto do valor alcançado em 2012 (50.455), sendo que o total de processos de conhecimento baixados (40.215) aproximou-se do dobro do quantitativo de processos ingressados no ano (24.876).

Ainda em 2013, de posse do desempenho das Seccionais que compõem a 5ª Região, verificamos que a Justiça Federal de Sergipe exibe a menor taxa de congestionamento (32,6%), sendo que a Justiça Federal do Ceará apresenta o maior congestionamento (57,2%).

No entanto, a JFCE lidou com um estoque (CnC1º + CpC1º) de 22.202 processos, enquanto que a JFSE trabalhou com 5.390 feitos, no ano de 2013, correspondendo a JFCE o percentual de 29% do estoque total da JF5 no período e a JFSE a 7%.

A JFCE foi responsável por 21,92% do total de baixados no ano de 2013, enquanto que a JFSE alcançou 8%. Saliente-se a performance da JFPE com um percentual de 28,96 do total de processos baixados.

Na reunião de análise da estratégia, a diretora da Secretaria Judiciária apontou que as Seções de Alagoas e do Rio Grande do Norte foram as primeiras a adotar a obrigatoriedade do PJe, e teriam se saído melhor por ter um incremento de processos eletrônicos mais rápido do que as demais, já que os processos eletrônicos tem uma tramitação mais rápida.

Vale destacar que quanto menor a taxa de congestionamento mais eficiente à atuação dos atores organizacionais, no cumprimento da meta vinculada ao objetivo estratégico.

10.6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

11 - Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPC1^{\circ} J = \frac{NPPUJ}{NPND} \times 100$$

Onde:

TPC1^oJ = Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano;

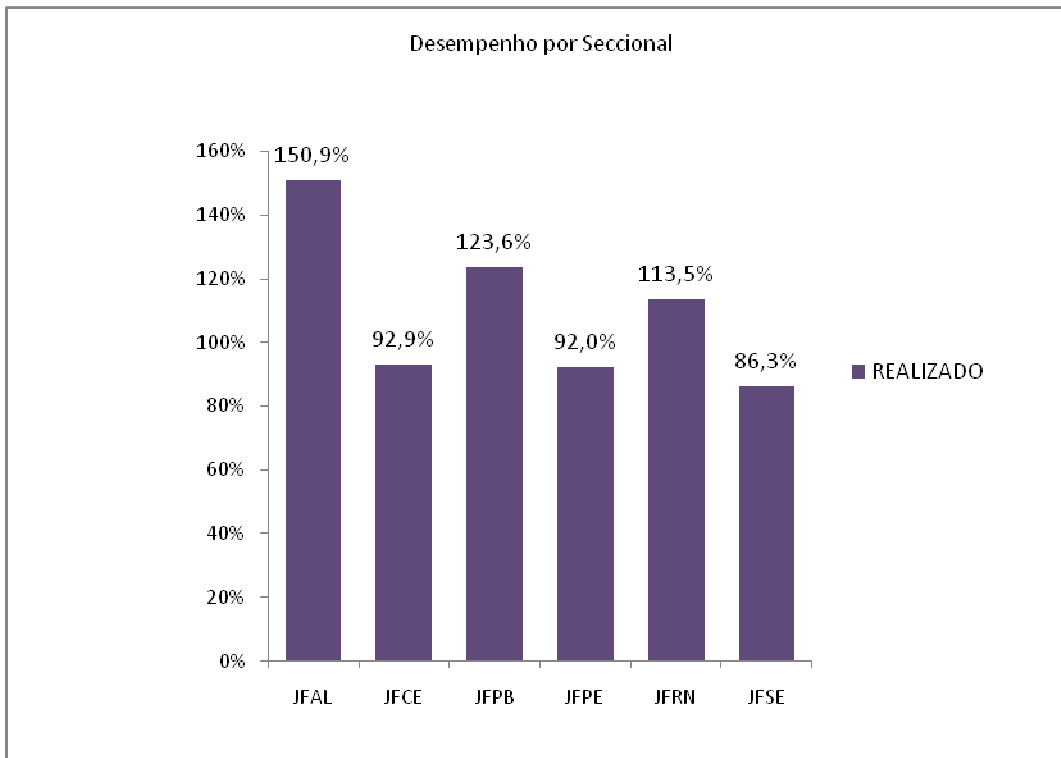
NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento;

NPND = Número de processos novos distribuídos.

11.1. Desempenhos por Seccionais.

Período de coleta de dados	2013					
	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	2.468	7.116	4.472	6.263	3.672	2.343
Número de processos novos distribuídos	1.636	7.656	3.619	6.805	3.236	2.714
REALIZADO	150,9%	92,9%	123,6%	92,0%	113,5%	86,3%
META	115%	115%	115%	115%	115%	115%
DESEMPENHO	131,2%	80,8%	107,5%	80,0%	98,7%	75,1%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●

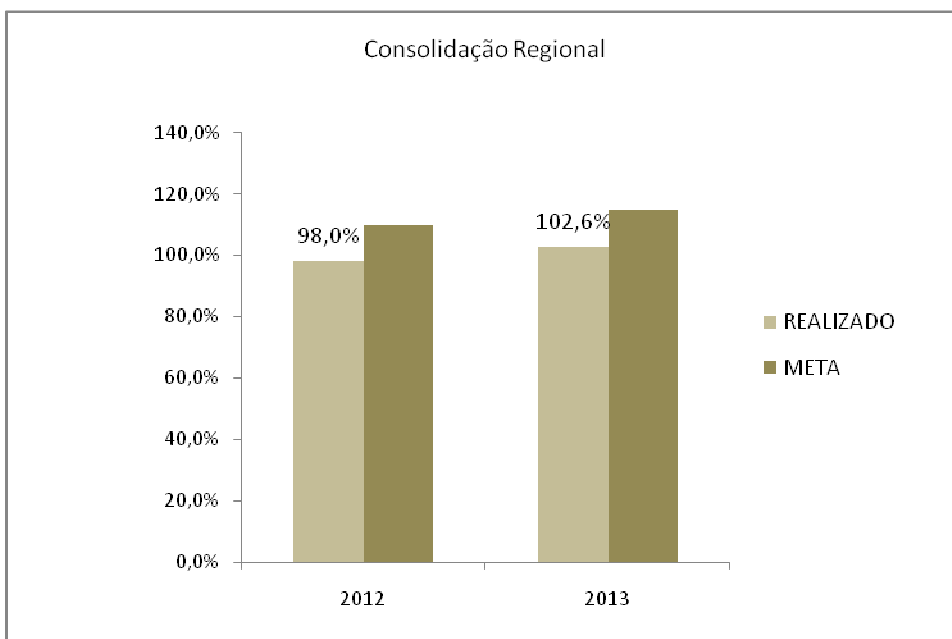
11.2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.



11.3. Desempenho regional.

Período de coleta de dados	2012	2013
	Acumulado jan/dez	Acumulado jan/dez
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	36.919	26.334
Número de processos novos distribuídos	37.657	25.666
REALIZADO	98,0%	102,6%
META	110%	115%
DESEMPENHO	89,1%	89,2%
SEMÁFORO	●	●

11.4. Gráfico da consolidação regional.



11.5. Análise do resultado do indicador.

O índice pretende mensurar no 1º grau a relação percentual entre a quantidade de processos de conhecimento que receberam primeiro ou único julgamento e o quantitativo de processos distribuídos no ano, enfatizando a redução do estoque de processos.

O caso em exame diz respeito à meta 1 dos anos de 2012 e 2013, acompanhadas pelo CNJ, cuja descrição é julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em cada ano.

Após a mensuração das variáveis, verifica-se que o quantitativo de processos de conhecimento, no 1º grau de jurisdição, que receberam primeiro ou único julgamento (36.919), no ano de 2012, foi inferior ao número de processos ingressados no mesmo período (37.657), representando um percentual de 98% de processos julgados em relação à distribuição no mesmo período.

Dessa maneira, não ocorreu o alcance da meta estabelecida para este índice do PEJF, que fixava um percentual de 10% de processos que deveriam receber primeiro ou único julgamento maior do que o quantitativo de processos ingressados.

Quanto ao exercício de 2013, inicialmente, constata-se uma diminuição de 32% no quantitativo de processos novos ingressados, quando comparado com o ano anterior.

Embora julgando um total de processos (26.334) superior à quantidade distribuída (25.666), a Justiça Federal de 1º Grau não alcançou o alvo previsto para 2013 (julgar 15% a mais que o quantitativo ingressado no ano), realizando um percentual de 102,6% de processos julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

Examinando o desempenho das Seccionais que compõem a JF5, observamos que, em números absolutos, as JFAL, JFPB e JFRN conseguiram julgar um quantitativo de processos maior que os

distribuídos no exercício de 2013, ensejando, na devida ordem, taxas de 150,9%, 123,6% e 113,5% de processos julgados em relação ao quantitativo de ingressados.

Em termos proporcionais, em 2013, nota-se que a JFCE recebeu a maior distribuição no 1º Grau da JF5 (29,83%), bem como obteve o maior percentual de feitos da fase conhecimento que receberam primeiro ou único julgamento (27,02%).

11.6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 1 dos anos de 2012 e 2013, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

12 - Taxa de processos antigos julgados no 1º grau.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPAJ_{1^{\circ}} = \frac{NPAJ_{1^{\circ}}}{NPAD_{1^{\circ}}} \times 100$$

Onde:

TPAJ_{1º} = Taxa de processos antigos julgados no 1º grau;

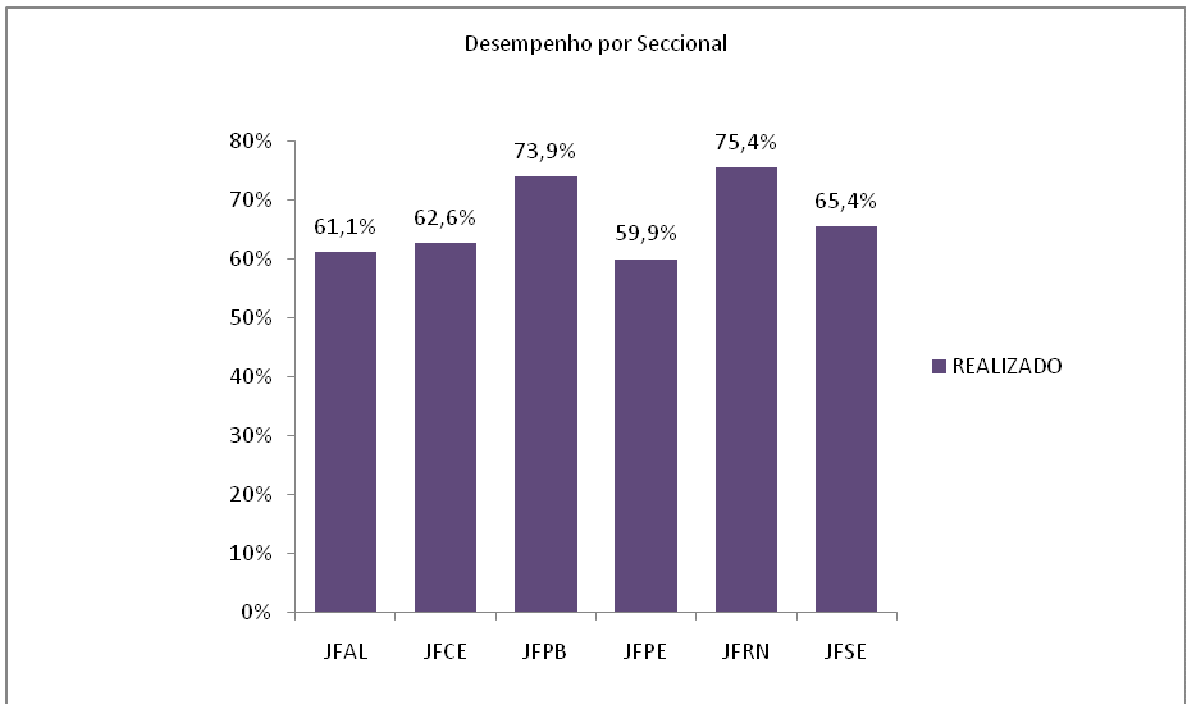
NPAJ_{1º} = Nº de processos antigos de 1º grau julgados;

NPAD_{1º} = Nº de processos antigos de 1º grau distribuídos.

12.1. Desempenhos por Seccionais.

Período de coleta de dados	2013					
	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Nº de processos antigos de 1º grau julgados	4.274	12.003	9.914	12.296	13.916	4.020
Nº de processos antigos de 1º grau distribuídos	6.994	19.183	13.416	20.517	18.446	6.147
REALIZADO	61,1%	62,6%	73,9%	59,9%	75,4%	65,4%
META	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
DESEMPENHO	122,2%	125,1%	147,8%	119,9%	150,9%	130,8%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●

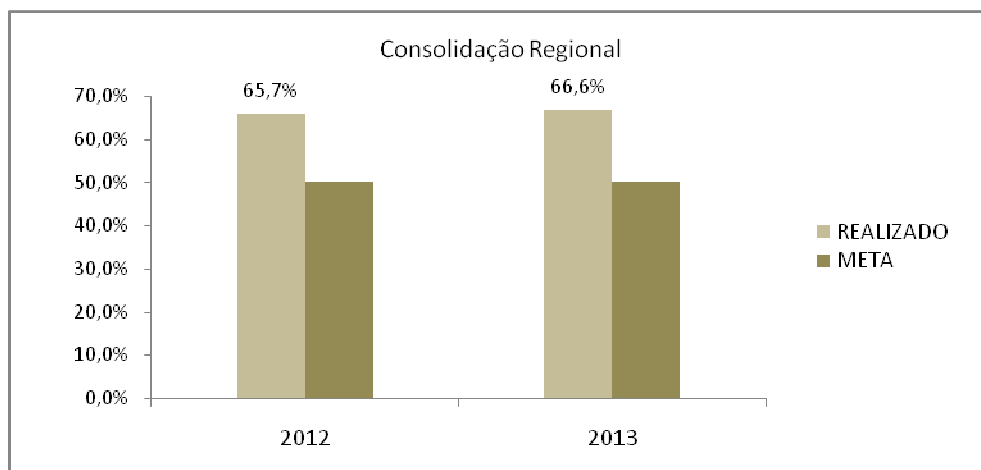
12.2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.



12.3. Desempenho regional.

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Nº de processos antigos de 1º grau julgados	34.422	56.423
Nº de processos antigos de 1º grau distribuídos	52.358	84.703
REALIZADO	65,7%	66,6%
META	50,0%	50,0%
DESEMPENHO	131,5%	133,2%
SEMÁFORO	●	●

12.4. Gráfico da consolidação regional.



12.5. Análise do resultado do indicador.

De início, o índice revela o desempenho do 1º grau da JF5 para o alcance da Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2012.

Do quantitativo de 52.358 processos distribuídos em 2007, o 1º grau da JF5 conseguiu julgar, até o final de 2012, 34.422 processos, representando um percentual (65,7%) acima da meta estabelecida (50%).

Por sua vez, quanto a 2013, o índice está vinculado à Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2013.

O 1º grau da JF5 julgou, até o final de 2013, 56.423 processos do total de 84.703 feitos ingressados em 2008, alcançando um percentual de 66,6% de processos julgados em relação ao distribuídos no ano base, superando, dessa maneira, o alvo estabelecido (50%).

Examinando o desempenho das Seccionais que compõem a JF5, notamos que, em números absolutos, a JFRN apresentou o maior quantitativo de processos julgados (13.916) até o final do ano de 2013, representando 24,66% do total de processos julgados na meta; e mais, exibe o melhor desempenho do 1º grau da JF5 (75,4%).

Em 2008, nota-se que a JFPE recebeu a maior distribuição do 1º Grau da JF5 (24,22%), correspondendo a 20.517 processos ingressados.

12.6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 2 dos anos de 2012 e 2013, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

13 - Taxa de congestionamento do 2º grau.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TC_{2^{\circ}} = 1 - \frac{TBaix_{2^{\circ}}}{(Cn_{2^{\circ}} + Cp_{2^{\circ}})}$$

Onde:



$TC_{2^{\circ}}$ = Taxa de congestionamento do 2º grau;

$TBaix_{2^{\circ}}$ = Total de processos judiciais baixados do 2º grau;

$Cn_{2^{\circ}}$ = Casos novos do 2º grau;

$Cp_{2^{\circ}}$ = Casos pendentes do 2º grau.

13.1. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012	2013
		acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados do 2º grau	39.608	42.145	59.641
Casos novos do 2º grau	36.699	35.351	34.648
Casos pendentes do 2º grau	101.543	86.139	76.852
REALIZADO	71,3%	65,3%	46,5%
META		69,5%	45,0%
DESEMPENHO		113,7%	97,3%
SEMÁFORO			

13.2. Gráfico da consolidação regional.



13.3. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a TC_{2º} alcançou o percentual de 71,3%, conforme constatado no quadro 1 – Desempenho Regional (JF5).

No ano de 2012, podemos inferir que o TRF5 conseguiu finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (processos novos ingressados no período, acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 65,3%, sendo um patamar inferior à meta estabelecida (69,5%).

Devido ao resultado obtido no índice (65,3%), no exercício de 2012, ter sido mais satisfatório quando comparado à meta estabelecida (69,5%) e, inclusive, em relação à meta fixada para o final do período do planejamento estratégico (65,5%) e em conformidade com a metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal, em especial em relação à etapa “Gerenciar a Estratégia”, a direção da Secretaria Judiciária do TRF5, ciente dos ajustes necessários nas metas da TC_{2º}, opinou por uma taxa de 45% para o ano de 2013 e de 38% para o exercício de 2014, sendo referendado pelo Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida no final de maio de 2013.

O TRF5 manteve a tendência de redução do seu acervo de processos em 2013, reduzindo a sua taxa de congestionamento para 46,5%, percentual muito próximo à meta fixada para o ano (45%).

Ocorre que do total de Casos pendentes (de baixa) do 2º Grau (76.852) em 2013, 11.858 processos esteve sobrestados, na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários (SREEO) do TRF5, em face da apreciação de recursos paradigmáticos nos tribunais superiores (institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos), causando impacto negativo na taxa de congestionamento do 2º Grau.

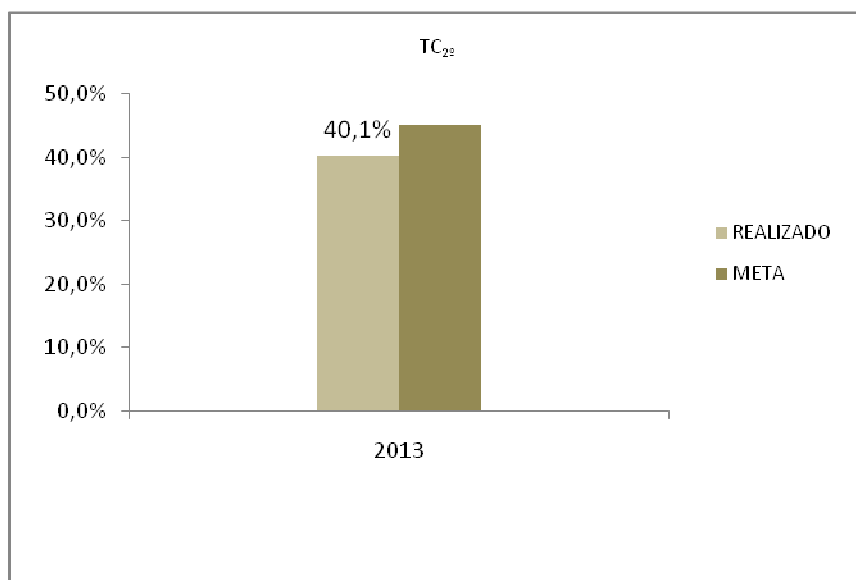
Desse modo, o quadro abaixo retrata a TC_{2º}, com a exclusão dos processos sobrestados, devido à aplicação das regras particulares de julgamento da repercussão geral e dos recursos repetitivos, do

total de Casos pendentes do 2º Grau. Note-se que, por essa perspectiva, a TC_{2º} resulta em 40,1%, sendo um desempenho mais satisfatório do que aquele fixado na meta do indicador (45%).

13.4. Desempenho do indicador 13 excluindo, dos Casos pendentes do 2º Grau, os processos sobrestados em virtude da apreciação de recursos paradigmáticos nos tribunais superiores.

Período de coleta de dados	2013
	acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados do 2º grau	59.641
Casos novos do 2º grau	34.648
Casos pendentes do 2º grau	64.994
REALIZADO	40,1%
META	45,0%
DESEMPENHO	108,8%
SEMÁFORO	●

13.5. Gráfico da TC_{2º} excluindo, dos Casos pendentes do 2º Grau, os processos sobrestados em virtude da apreciação de recursos paradigmáticos nos tribunais superiores.



Além do mais, dos 76.852 Casos pendentes (de baixa) do 2º Grau em 2013, 37,34% estavam tramitando na Subsecretaria de Recursos Extraordinários, Especiais e Ordinários (SREEO) do TRF5, ou seja, um total de 28.698 processos, aguardando ou decisão a respeito da admissibilidade do recurso extraordinário/especial, ou julgamento do agravo inominado contra inadmissão do recurso,

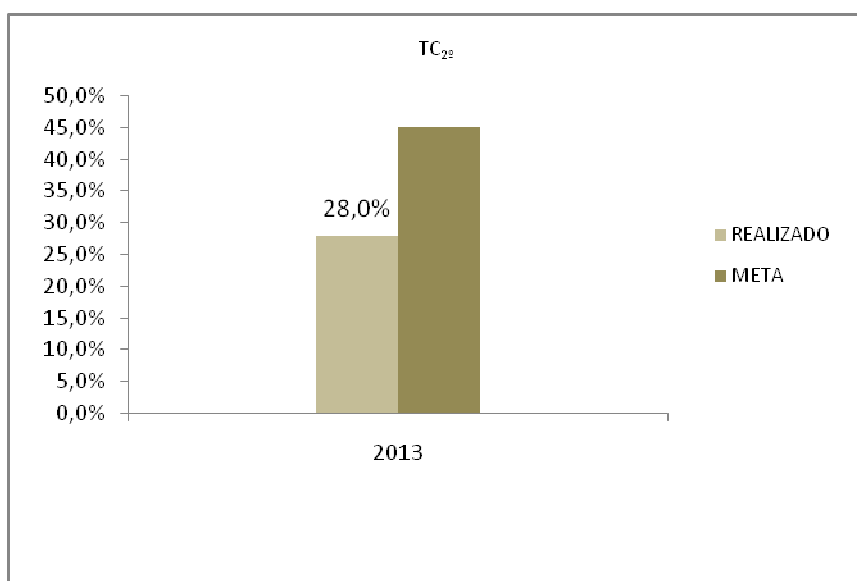
ou então estavam sobrestados em virtude dos mecanismos de repercussão geral e recurso repetitivo.

Desconsiderando-se os processos em tramitação na SREEO, a TC_{2º} resultaria em 28%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

13.6. Desempenho do indicador 13, excluindo, dos Casos pendentes do 2º Grau, os processos em tramitação na SREEO.

Período de coleta de dados	2013
	acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados do 2º grau	59.641
Casos novos do 2º grau	34.648
Casos pendentes do 2º grau	48.154
REALIZADO	28,0%
META	45,0%
DESEMPENHO	131,0%
SEMÁFORO	●

13.7. Gráfico da TC_{2º} excluindo, dos Casos pendentes do 2º Grau, os processos em tramitação na SREEO.



Por certo, a taxa de congestionamento do 2º Grau, em 2013, resultou em 46,5% ao computarmos na variável Casos pendentes do 2º Grau os 28.698 processos que tramitavam na SREEO (incluídos os sobrestados).

13.8. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

14 - Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPC2^{\circ} J = \left[\left(\frac{NPPUJ}{NPND} \right) - 1 \right] \times 100$$

Onde:

TPC2ºJ = Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano;

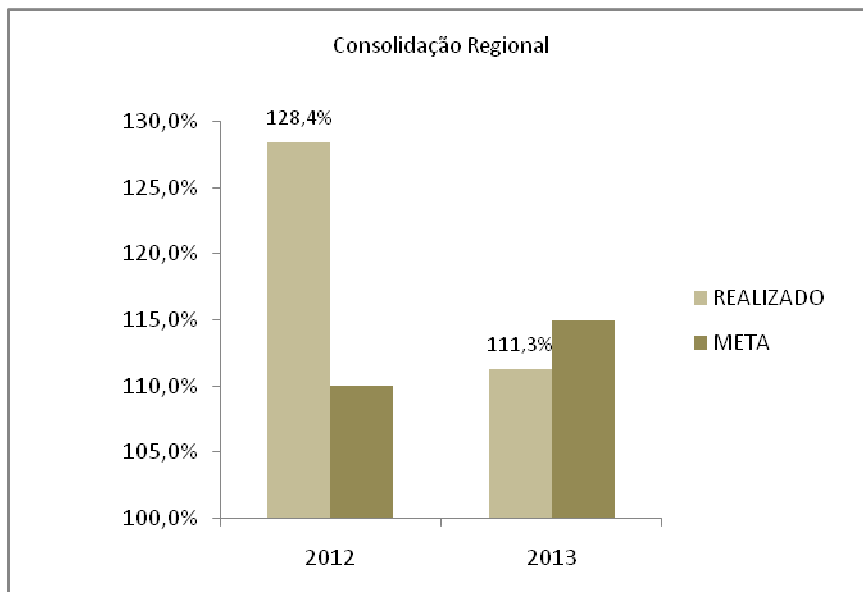
NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento;

NPND = Número de processos novos distribuídos.

14.1. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012	2013
	Acumulado jan/dez	Acumulado jan/dez
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	44.797	38.412
Número de processos novos distribuídos	34.880	34.509
REALIZADO	128,4%	111,3%
META	110%	115%
DESEMPENHO	116,8%	96,8%
SEMÁFORO	●	●

14.2. Gráfico da consolidação regional.



14.3. Análise do resultado do indicador.

O índice em exame diz respeito à meta 1 dos anos de 2012 e 2013, acompanhadas pelo CNJ, cuja descrição é julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em cada ano.

Em 2012, o quantitativo de processos de conhecimento, do 2º grau de jurisdição, que receberam primeiro ou único julgamento (44.797) foi superior ao número de processos ingressados no mesmo período (34.880), ultrapassando, dessa maneira, a meta estabelecida para este índice (julgar 10% a mais que o quantitativo de processos distribuídos).

Quanto ao exercício de 2013, inicialmente, constata-se uma quantidade semelhante de processos novos ingressados, quando comparado com o ano anterior, apresentando, entretanto, um total de processos que receberam primeiro ou único julgamento 14% a menor.

Embora julgando um total de processos (38.412) superior à quantidade distribuída (34.509), o 2º Grau da JF5 não alcançou a meta prevista para 2013 (julgar 15% a mais que o quantitativo ingressado no ano), tendo realizado o percentual de 111,3% de processos de conhecimento do 2º Grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

Na reunião do Comitê Institucional para análise da estratégia no decorrer de 2013, a direção da Secretaria Judiciária do TRF5 avaliou que a meta para 2014, julgar 20% a mais que o quantitativo de distribuídos, não será alcançada.

14.4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 1 dos anos de 2012 e 2013, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

15 - Taxa de processos antigos julgados no 2º grau.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPAJ_{2^{\circ}} = \frac{NPAJ_{2^{\circ}}}{NPAD_{2^{\circ}}} \times 100$$

Onde:

$TPAJ_{2^{\circ}}$ = Taxa de processos antigos julgados no 2º grau;

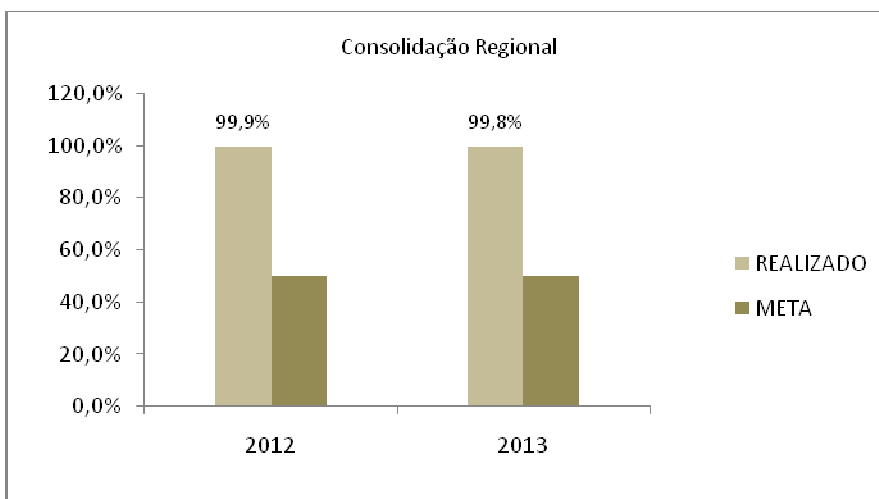
$NPAJ_{2^{\circ}}$ = Nº de processos antigos de 2º grau julgados;

$NPAD_{2^{\circ}}$ = Nº de processos antigos de 2º grau distribuídos.

15.1. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Nº de processos antigos de 2º grau julgados	48.390	43.774
Nº de processos antigos de 2º grau distribuídos	48.417	43.849
REALIZADO	99,9%	99,8%
META	50,0%	50,0%
DESEMPENHO	199,9%	199,7%
SEMÁFORO	●	●

15.2. Gráfico da consolidação regional.



15.3. Análise do resultado do indicador.

De início, o índice revela o desempenho do 2º grau da JF5 para o alcance da Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2012.

Do quantitativo de 48.417 processos distribuídos em 2007, o 2º grau da JF5 julgou 48.390 processos até o final do exercício de 2012, restando apenas o julgamento de 27 processos distribuídos em 2007 para o alcance de 100% de processos julgados em relação aos ingressados no período, representando um percentual de julgamento de 99,9%.

Por sua vez, quanto a 2013, o índice está vinculado à Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2013.

O 2º grau da JF5 obteve desempenho semelhante ao ano anterior, julgando, até o final de 2013, 43.774 processos do total de 43.849 feitos ingressados em 2008, alcançando um percentual de 99,8% de processos julgados em relação ao distribuídos no ano base, superando, dessa maneira, o alvo estabelecido (50%).

Na reunião do Comitê Institucional para análise da estratégia no decorrer de 2013, a direção da Secretaria Judiciária do TRF5 afirmou que o foco para 2014 será zerar os processos antigos pendentes de julgamento nos gabinetes dos desembargadores.

15.4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 2 dos anos de 2012 e 2013, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

16 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TCC_{JEF} = 1 - \frac{TBaixC_{JEF}}{(CnC_{JEF} + CpC_{JEF})}$$

Onde:

TCC_{JEF} = Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF;

TBaixC_{JEF} = Total de processos judiciais baixados de conhecimento do JEF;

CnC_{JEF} = Casos novos de conhecimento do JEF;

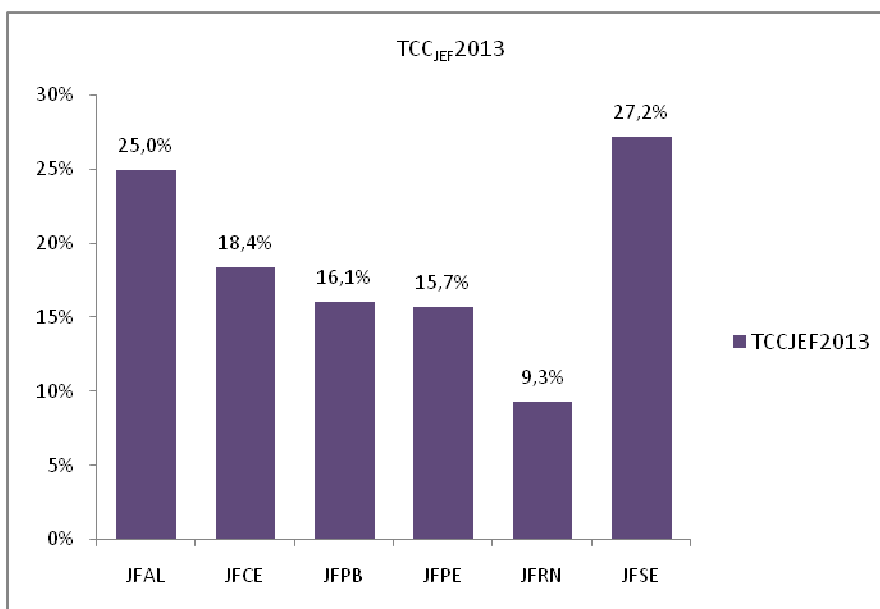
CpC_{JEF} = Casos pendentes de conhecimento do JEF.

16.1. Desempenho por Seccionais.

	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
--	------	------	------	------	------	------

Total de processos judiciais baixados de conhecimento dos JEFs	40.068	88.788	45.643	56.038	41.655	19.354
Casos novos de conhecimento dos JEFs	38.870	79.551	33.980	53.196	37.281	19.539
Casos pendentes de conhecimento nos JEFs	14.533	29.297	20.403	13.295	8.669	7.055
TCC _{JEF} (2013)	25,0%	18,4%	16,1%	15,7%	9,3%	27,2%
META	33,0%	33,0%	33,0%	33,0%	33,0%	33,0%
DESEMPENHO	112,0%	121,7%	125,3%	125,8%	135,3%	108,6%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●

16.2. Gráfico do desempenho das Seccionais.

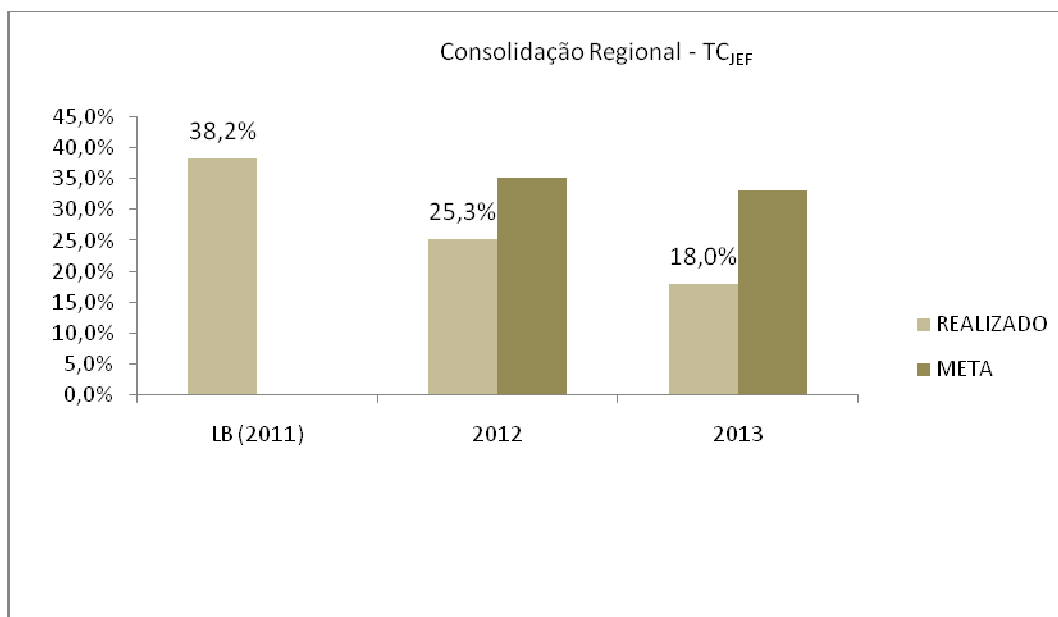


16.3. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012	2013
		acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados de conhecimento do JEF	232.113	258.671	291.546
Casos novos de conhecimento do JEF	260.747	239.406	262.417
Casos pendentes de conhecimento do JEF	114.783	106.706	93.252

REALIZADO	38,2%	25,3%	18,0%
META		35,0%	33,0%
DESEMPENHO		115,0%	122,3%
SEMÁFORO		●	●

16.4. Gráfico da consolidação regional.



16.5. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a TCC_{JEF} alcançou o percentual de 38,2%, conforme verificado no quadro 3 – Desempenho Regional (JF5).

No ano de 2012, podemos inferir que os JEFs da 5ª Região, em relação à fase de conhecimento, conseguiram finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (número de casos novos ingressados no período acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 25,3% e alcançando a meta estabelecida.

Saliente-se que o total de processos judiciais baixados de conhecimento do JEF, nos anos de 2012 e 2013, superou a quantidade de processos ingressados em cada período, proporcionando uma redução no quantitativo de casos pendentes (de baixa) de conhecimento do JEF de 18,76%, no intervalo da série histórica.

Quanto ao exercício de 2013, os JEFs da 5ª Região alcançaram uma notável redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento, atingindo o percentual de 18,0%, patamar inferior ao realizado no ano anterior.

Ainda em relação ao exercício de 2013, examinando o desempenho dos JEFs que compõem a 5ª Região, verificamos que os JEFs da JFRN exibem a menor taxa de congestionamento (9,3%), sendo que os da Justiça Federal de Sergipe apresentam o maior congestionamento (27,2%).

Registre-se que os JEFs da JFCE lidaram com o maior estoque de processos (CnC1º + CpC1º), 108.848 feitos, correspondendo ao percentual de 30,60% do estoque total da JF5 no período, sendo responsáveis, também, pelo maior percentual de baixados da JF5 (30,45%).

Vale destacar que quanto menor a taxa de congestionamento mais eficiente à atuação dos atores organizacionais, no cumprimento da meta vinculada ao objetivo estratégico.

16.6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

17 - Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$\text{Onde: } TPC_{JEF} J = \left[\left(\frac{NPPUJ}{NPND} \right) - 1 \right] \times 100$$

TPC_{JEF} J = Taxa de processos de conhecimento no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano;

NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento;

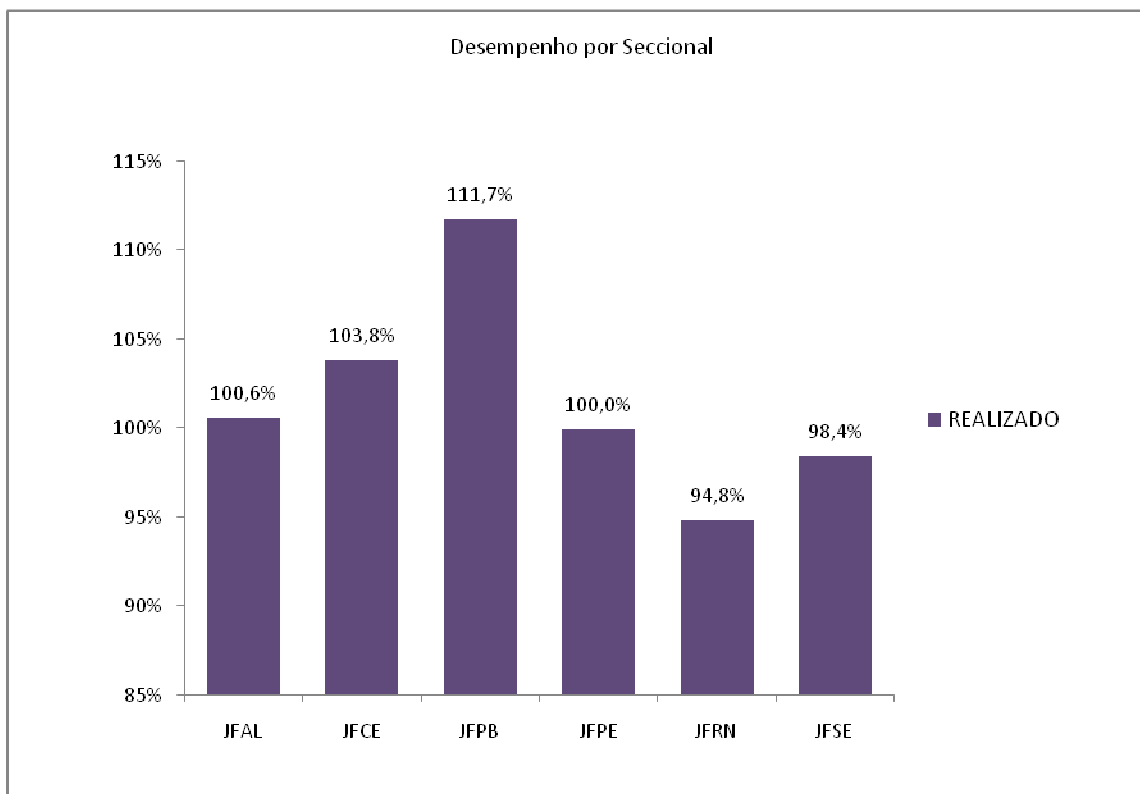
NPND = Número de processos novos distribuídos.

17.1. Desempenhos por Seccionais.

Período de coleta de dados	2013					
	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	39.368	83.084	37.984	53.777	35.581	19.241
Número de processos novos distribuídos	39.134	80.013	33.991	53.779	37.514	19.550
REALIZADO	100,6%	103,8%	111,7%	100,0%	94,8%	98,4%
META	115%	115%	115%	115%	115%	115%

DESEMPENHO	87,5%	90,3%	97,2%	87,0%	82,5%	85,6%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●

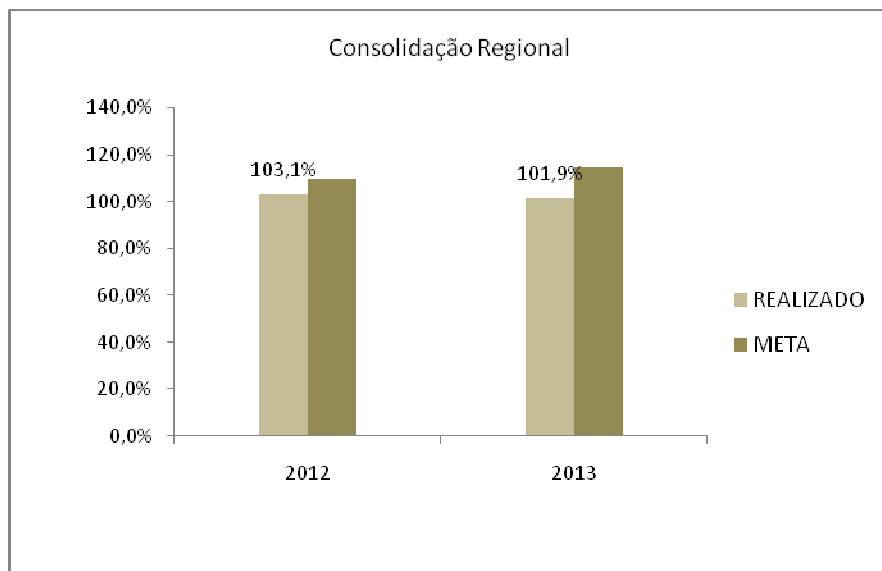
17.2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.



17.3. Desempenho Regional.

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	247.233	269.035
Número de processos novos distribuídos	239.752	263.981
REALIZADO	103,1%	101,9%
META	110,0%	115,0%
DESEMPENHO	93,7%	88,6%
SEMÁFORO	●	●

17.4. Gráfico da consolidação regional.



17.5. Análise do resultado do indicador.

O caso em exame diz respeito à meta 1 dos anos de 2012 e 2013, acompanhadas pelo CNJ, cuja descrição é julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em cada ano.

Após a mensuração das variáveis, verifica-se que o quantitativo de processos de conhecimento, nos JEFs da 5ª Região, que receberam primeiro ou único julgamento (247.233), no ano de 2012, foi superior ao número de processos ingressados no mesmo período (239.752), representando um percentual de 103,1% de processos julgados em relação à distribuição no mesmo período. Apesar disso, não ocorreu o alcance da meta estabelecida para este índice do PEJF, que fixava um percentual de 10% de processos que deveriam receber primeiro ou único julgamento maior do que o quantitativo de processos ingressados.

Quanto ao exercício de 2013, inicialmente, constata-se um aumento de 10% no quantitativo de processos novos ingressados, quando comparado com o ano anterior.

A quantidade de processos da fase de conhecimento que receberam primeiro ou único julgamento em 2013 (269.035) novamente superou o número de processos ingressados no mesmo período (263.981), muito embora a meta projetada para o referido indicador não tenha sido alcançada (julgar 15% a mais que os distribuídos), em face dos juzgados especiais da 5ª Região apresentar congestionamento reduzido.

Examinando o desempenho dos JEFs que compõem a JF5, observamos que, em números absolutos, os JEFs das JFAL, JFCE e JFPB conseguiram julgar um quantitativo de processos maior que os distribuídos no exercício de 2013, ensejando, na devida ordem, taxas de 100,6%, 103,8% e 111,7% de processos julgados em relação ao quantitativo de ingressados.

Em termos proporcionais, em 2013, nota-se que os JEFs da JFCE receberam a maior distribuição dos julgados (30,31%), bem como obtiveram o maior percentual de feitos da fase conhecimento que receberam primeiro ou único julgamento (30,88%).

17.6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 1 dos anos de 2012 e 2013, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

18 - Taxa de processos antigos julgados no JEF.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPAJ_{JEF} = \frac{NPAJ_{JEF}}{NPAD_{JEF}} \times 100$$

Onde:

TPAJ_{JEF} = Taxa de processos antigos julgados no JEF;

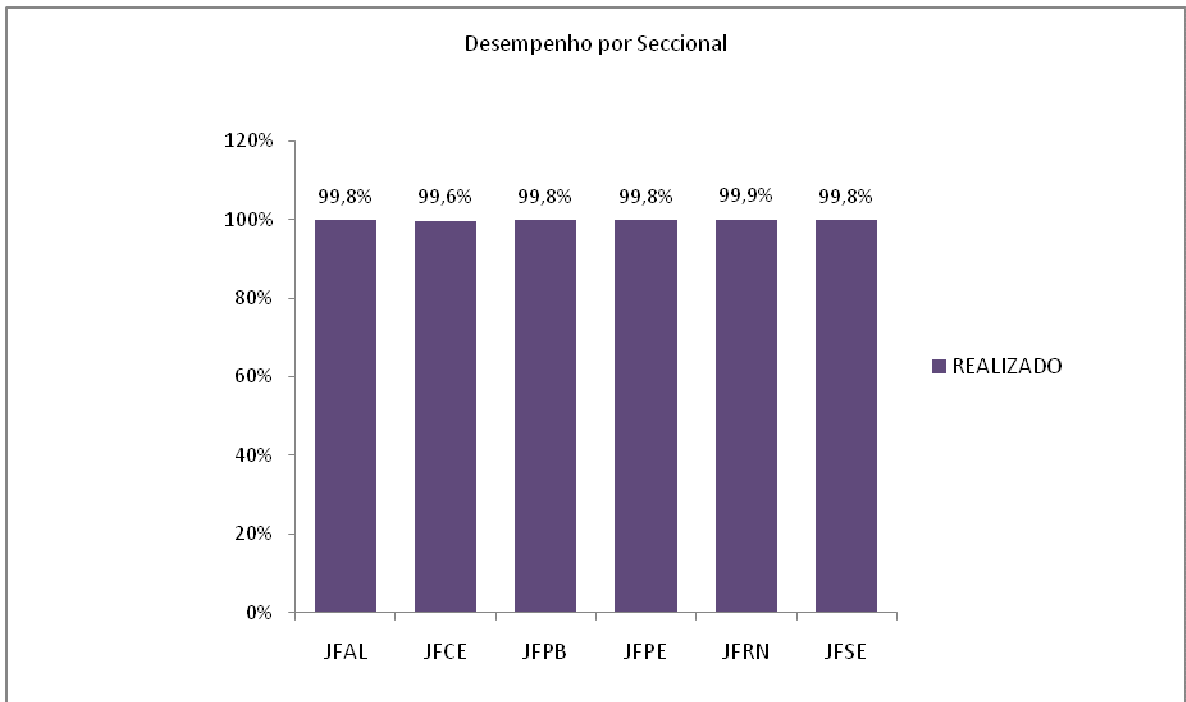
NPAJ_{JEF} = Nº de processos antigos de JEF julgados;

NPAD_{JEF} = Nº de processos antigos de JEF distribuídos.

18.1. Desempenho por Seccionais.

Período de coleta de dados	2013					
	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Nº de processos antigos de JEF julgados	28.842	53.799	31.713	52.983	21.568	14.336
Nº de processos antigos de JEF distribuídos	28.904	54.011	31.781	53.097	21.596	14.366
REALIZADO	99,8%	99,6%	99,8%	99,8%	99,9%	99,8%
META	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
DESEMPENHO	199,6%	199,2%	199,6%	199,6%	199,7%	199,6%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●

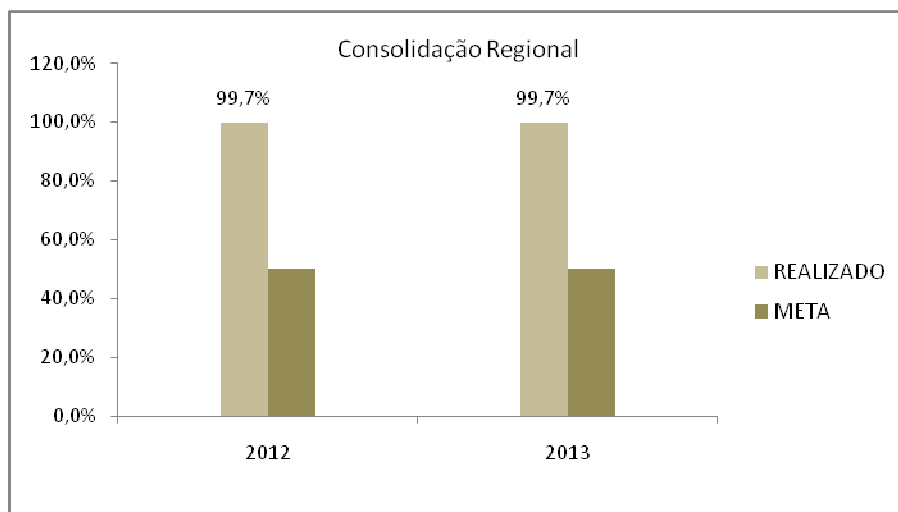
18.2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.



18.3. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Nº de processos antigos de JEF julgados	585.182	203.241
Nº de processos antigos de JEF distribuídos	586.690	203.755
REALIZADO	99,7%	99,7%
META	50,0%	50,0%
DESEMPENHO	199,5%	199,5%
SEMÁFORO	●	●

18.4. Gráfico da consolidação regional.



18.5. Análise do resultado do indicador.

De início, o índice retrata o desempenho dos juzizados especiais da JF5 para o alcance da Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2012.

Do quantitativo de 586.690 processos distribuídos no período de 2007 a 2009, os JEFs da JF5 julgaram 585.182 processos até o final do exercício de 2012, restando apenas 1.508 processos para o julgamento de todos os feitos ingressados no período, de maneira que o percentual de julgamento atingiu 99,7%.

Por sua vez, quanto a 2013, o índice está vinculado à Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2013.

O desempenho realizado pelos JEFs da JF5 no ano de 2013 foi idêntico ao alcançado em 2012 (99,7%), julgando 203.241 processos dos 203.755 ingressados no ano de 2010, significando que houve o julgamento de quase a totalidade dos processos inclusos na meta.

Examinando o desempenho dos JEFs que compõem a JF5, ainda em 2013, observamos que em números absolutos os da JFCE apresentaram o maior quantitativo de processos julgados (53.799), dos ingressados no ano de 2010, representando 26,47% do total de processos julgados na meta.

18.6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 2 dos anos de 2012 e 2013, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

19 - Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos.

Fórmula de Cálculo do Indicador;

$$TAPA = \frac{NAPPP}{NAP} \times 100$$

Onde:

TAPA = Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos;

NAPPP = Número de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias úteis;

NAP = Número de acórdãos a publicar.

19.1. Desempenho das TRs e do TRF5

		jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13
P4.1	TURMAS RECURSAIS	6.255	10.345	9.476	8.811	11.893	10.195	13.892	11.416	10.572	11.470	10.091	5.928
	TRIBUNAL	3.528	11.815	8.297	4.205	3.257	3.548	3.794	3.876	4.476	4.642	3.622	3.109
P4.2	TURMAS RECURSAIS	6.255	10.344	9.475	8.811	11.877	10.183	13.892	11.408	10.547	11.468	10.075	5.925
	TRIBUNAL	3.218	11.600	8.151	4.123	2.962	3.384	3.574	3.781	4.427	4.549	3.563	3.070

Sendo:

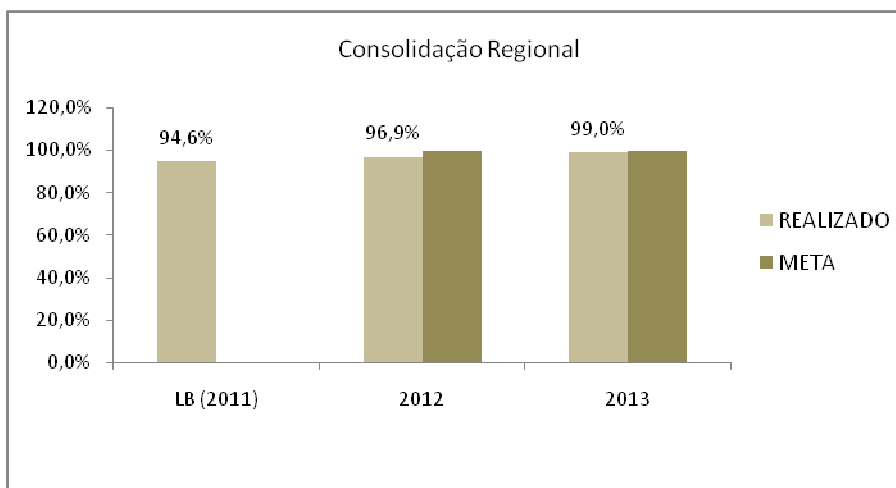
P4.1 - Número total de decisões colegiadas (acórdãos) no mês de referência

P4.2 - Número total de decisões colegiadas (acórdãos) publicadas (primeira ou única publicação) em até 10 (dez) dias após a data da sessão de julgamento ocorrida no mês de referência

19.2. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012	2013
		Acumulado jan/dez	Acumulado jan/dez
Número de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias úteis	123.925	108.071	176.662
Número de acórdãos a publicar	130.962	111.495	178.513
REALIZADO	94,6%	96,9%	99,0%
META		100,0%	100,0%
DESEMPENHO		96,9%	99,0%
SEMÁFORO		●	●

19.3. Gráfico da consolidação regional.



19.4. Análise do resultado do indicador.

Trata-se de indicador que espelha o desempenho da JF5 no alcance da Meta Prioritária 4/2010.

Apesar de haver atingido o grau de cumprimento da meta nacional do Poder Judiciário no ano de 2012, pois o CNJ ajustou o percentual para 90%, a JF5 não alcançou a meta vinculada ao indicador do objetivo estratégico do PEJF (100%), uma vez que de um quantitativo de 111.495 acórdãos aptos a publicar, foram efetivamente publicados, no prazo de até 10 dias úteis, 108.071 acórdãos, representando um percentual médio anual de 96,9% de acórdãos publicados no prazo da meta.

Quanto ao exercício de 2013, a JF5 não atingiu novamente a meta fixada no PEJF para o índice, ainda que tenha alcançado o extraordinário percentual de 99,0% de acórdãos publicados dentro do prazo de 10 dias úteis. De um quantitativo de 178.513 acórdãos a publicar, foram efetivamente publicados, no prazo da meta, 176.662 acórdãos.

No período analisado, os dados demonstram que houve um esforço enorme para agilização da publicação dos acórdãos dentro prazo padrão estabelecido na meta.

Ressalte-se, por oportuno, que a publicação de acórdãos no prazo estabelecido na meta garante aos jurisdicionados a efetividade das decisões judiciais.

19.5. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice, permanecendo em 2013. O indicador tinha relação com a meta 4/2010, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

Análise do objetivo:

A iniciativa local/regional “Projeto Judicial Eletrônico (Pje)” é a contribuição da Justiça Federal da 5ª Região encaminhada a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhada ao objetivo em exame, sendo bastante significativa para o alcance da agilização dos trâmites judiciais.

O objetivo estratégico em exame encontra-se atualmente com semáforo verde, pois há 06 (seis) indicadores associados com desempenho satisfatório (entre 85% e 100%), sendo que 04 (quatro) índices apresentam metas alcançadas com resultados acima de 100% (Indicadores 12, 15, 16 e 18).

Objetivo estratégico: Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.

Descrição do objetivo: Garantir a otimização dos processos de trabalho visando à melhoria contínua dos trâmites judiciais das turmas recursais, regionais de uniformização e a turma nacional de uniformização, por meio da implantação e disseminação de boas práticas de gestão, propiciando a celeridade, qualidade e transparência da prestação jurisdicional.

Indicadores:

20 - Taxa de congestionamento na turma recursal.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TC_{TR} = 1 - \left(\frac{TBaix_{TR}}{(Cn_{TR} + Cp_{TR})} \right)$$

Onde:

TC_{TR} = Taxa de congestionamento na TR;

TBaix_{TR} = Total de processos judiciais baixados na TR;

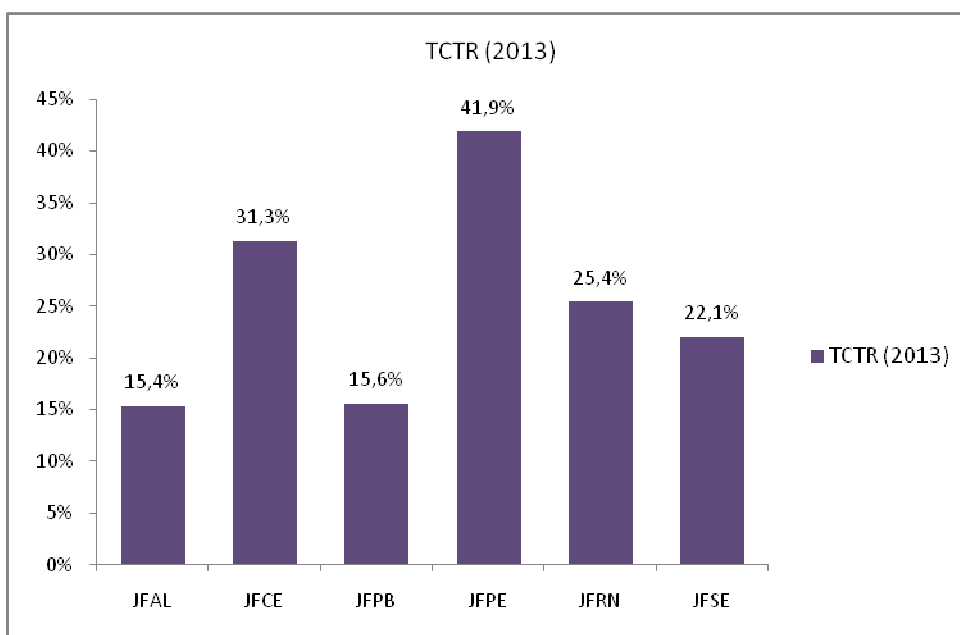
Cn_{TR} = Casos novos na TR;

Cp_{TR} = Casos pendentes na TR.

20.1. Desempenhos por Seccionais.

	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Total de processos judiciais baixados na TR	15.199	46.088	33.588	32.654	29.853	5.876
Casos novos na TR	7.053	26.105	12.798	17.908	15.266	5.338
Casos pendentes na TR	10.907	40.968	27.007	38.269	24.760	2.201
TC _{TR} (2013)	15,4%	31,3%	15,6%	41,9%	25,4%	22,1%
META	66,0%	66,0%	66,0%	66,0%	66,0%	66,0%
DESEMPENHO	248,9%	202,1%	248,2%	171,0%	219,4%	229,2%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●

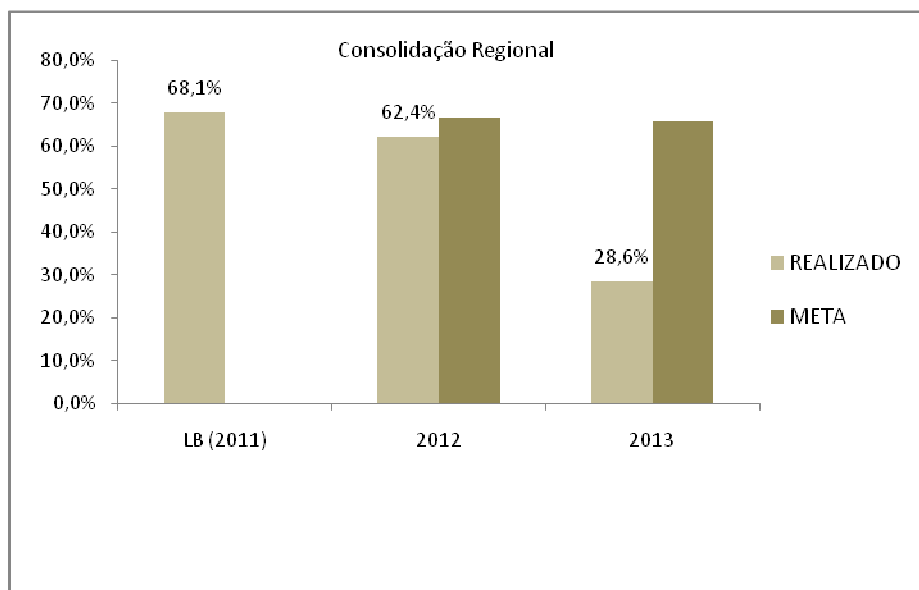
20.2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.



20.3. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012	2013
		acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados na TR	57.253	79.558	163.258
Casos novos na TR	73.637	79.072	84.468
Casos pendentes na TR	105.651	132.239	144.112
REALIZADO	68,1%	62,4%	28,6%
META		67,0%	66,0%
DESEMPENHO		114,1%	210,1%
SEMÁFORO		●	●

20.4. Gráfico da consolidação regional.



20.5. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a TC_{TR} alcançou o percentual de 68,1%, conforme verificamos no quadro 3 – Desempenho Regional (JF5).

No ano de 2012, podemos inferir que as TRs da 5ª Região conseguiram finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (número de casos novos ingressados no período acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 62,4%, sendo este patamar inferior à meta estabelecida (67%).

Em 2013 houve uma considerável redução da taxa de congestionamento das TRs da 5ª Região, quando comparada com o desempenho realizado no exercício anterior (62,4%), tendo sido alcançado o percentual de 28,6% para a referida taxa.

A performance das turmas recursais no exercício de 2013 está diretamente vinculada a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais através da Lei nº 12.665/2012, estabelecendo, inclusive, na Justiça Federal de primeiro grau, cargos de Juiz Federal de Turma Recursal.


A partir da estruturação das turmas recursais federais, a JF5 passou a contar no começo do 1º semestre de 2013 com quinze (15) cargos providos de magistrado nas turmas recursais com atuação exclusiva. Dessa maneira, verifica-se que o total de processos judiciais baixados nas turmas recursais da JF5, no ano de 2013, alcançou mais que o dobro de baixados do ano anterior.

Ainda em relação ao exercício de 2013, examinando o desempenho das turmas recursais da 5ª Região, constatamos que a turma recursal da JFAL exibe a menor taxa de congestionamento (15,4%), sendo que as da JFPE apresentam o maior congestionamento (41,9%). Cabe registrar, ainda, que as TRs da JFCE lidaram com o maior estoque de processos (CnC1º + CpC1º), 67.073 feitos, correspondendo ao percentual de 29,34% do estoque total da JF5 no período, e também foram responsáveis pelo maior percentual de baixados da JF5 (28,23%).

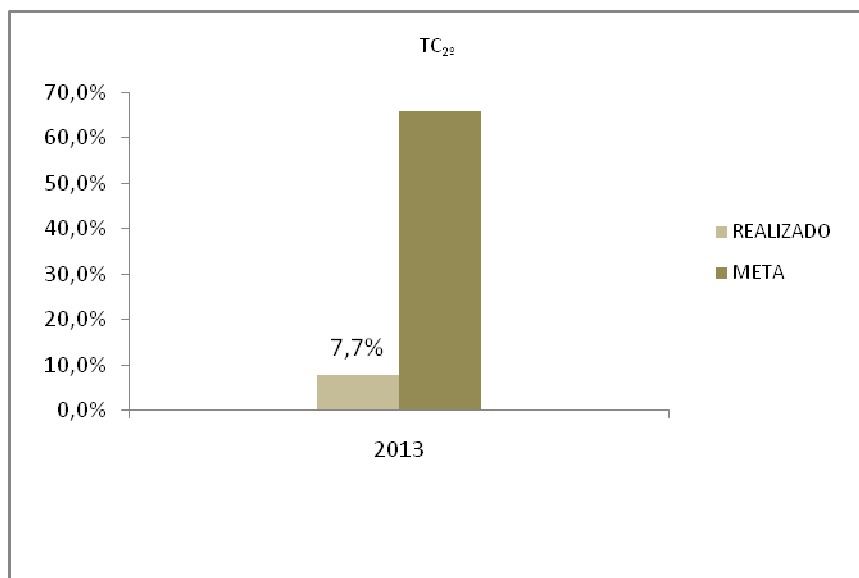
De modo análogo ao ocorrido no 2º Grau, do total de Casos Pendentes (de baixa) nas turmas recursais (144.112), em 2013, 51.707 processos encontram-se atualmente sobrestados, em face de apreciação de recursos paradigmáticos nos tribunais superiores (institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos) e na Turma Nacional de Uniformização (TNU), causando impacto negativo, dessa maneira, na taxa de congestionamento na TR.

Nesse sentido, o quadro abaixo retrata a TC_{TR} , excluindo-se os processos sobrestados do total de Casos pendentes nas turmas recursais. Note-se que, por essa perspectiva, os Casos Pendentes na TR passaria para 92.405 processos e a TC_{TR} resultaria em 7,7%.

20.6. Desempenho do indicador 20, excluindo, dos Casos pendentes na TR, os processos sobrestados em virtude da apreciação de recursos paradigmáticos nos tribunais superiores e na TNU.

Período de coleta de dados	2013
	acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados na TR	163.258
Casos novos na TR	84.468
Casos pendentes na TR	92.405
REALIZADO	7,7%
META	66,0%
DESEMPENHO	271,5%
SEMÁFORO	

20.7. Gráfico da TC_{TR} , excluindo, dos Casos pendentes na TR, os processos sobrestados em virtude da apreciação de recursos paradigmáticos nos tribunais superiores e na TNU.



Por certo, a taxa de congestionamento na TR, no final de 2013, resultou em 28,6%, ao computarmos na variável Casos pendentes na TR os processos sobrestados em virtude da apreciação de recursos paradigmáticos nos tribunais superiores e na TNU.

Vale destacar que quanto menor o resultado a taxa de congestionamento mais eficiente à atuação dos atores organizacionais da instituição, no cumprimento da meta vinculada ao indicador do objetivo estratégico.

20.8. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

21 - Taxa de processos antigos julgados na turma recursal.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPAJ_{TR} = \frac{NPAJ_{TR}}{NPAD_{TR}} \times 100$$

Onde:

$TPAJ_{TR}$ = Taxa de processos antigos julgados na TR;

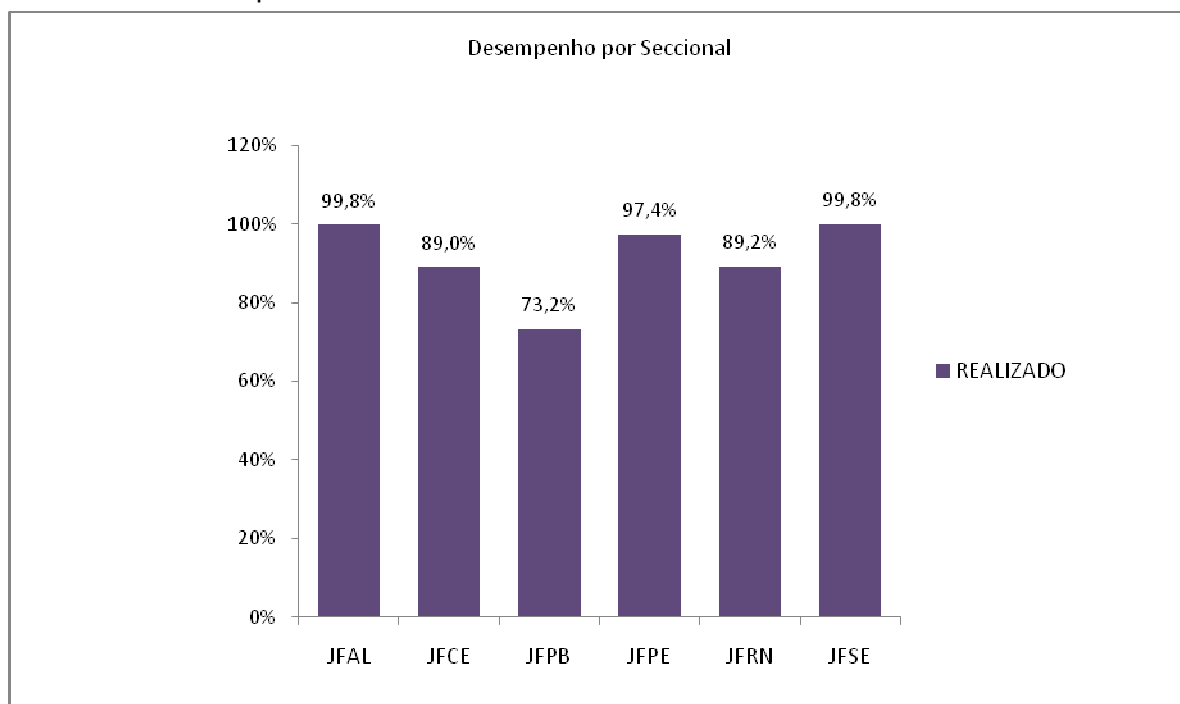
$NPAJ_{TR}$ = N° de processos antigos da TR julgados;

$NPAD_{TR}$ = N° de processos antigos da TR distribuídos.

21.1. Desempenhos por Seccionais.

Período de coleta de dados	2013					
	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Nº de processos antigos da TR julgados	6.788	16.155	8.884	19.880	6.396	2.722
Nº de processos antigos da TR distribuídos	6.804	18.158	12.131	20.413	7.169	2.727
REALIZADO	99,8%	89,0%	73,2%	97,4%	89,2%	99,8%
META	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
DESEMPENHO	199,5%	177,9%	146,5%	194,8%	178,4%	199,6%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●

21.2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.

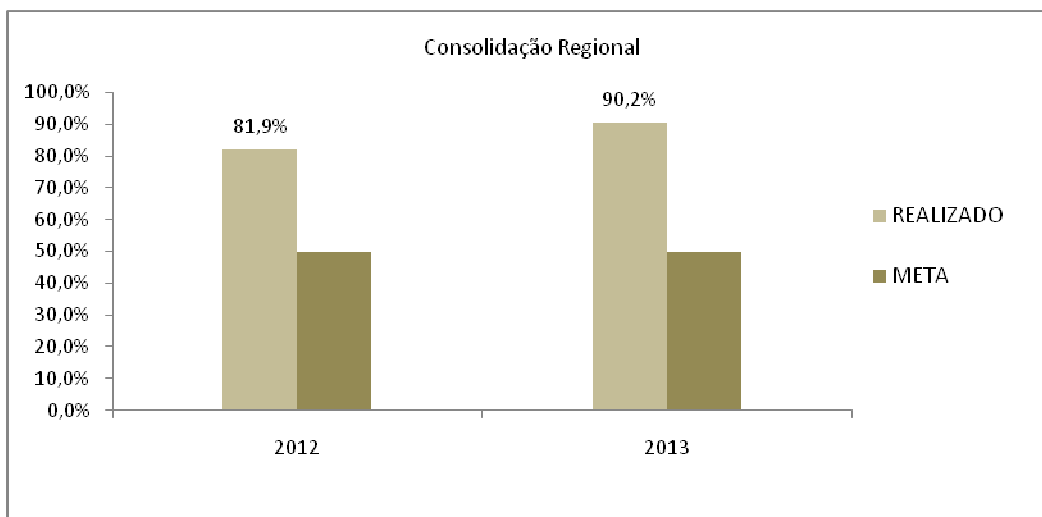


21.3. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Nº de processos antigos da TR julgados	129.983	60.825
Nº de processos antigos da TR distribuídos	158.717	67.402

REALIZADO	81,9%	90,2%
META	50,0%	50,0%
DESEMPENHO	163,8%	180,5%
SEMÁFORO	●	●

21.4. Gráfico da consolidação regional.



21.5. Análise do resultado do indicador.

De início, o índice revela o desempenho das turmas recursais da JF5 para o alcance da Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2012.

Do quantitativo de 158.717 processos distribuídos entre 2007 e 2009, as TRs da JF5 conseguiram julgar, até o final de 2012, 129.983 processos, representando um percentual de 81,9% de processos julgados em relação aos ingressados no período base, portanto superior à meta estabelecida de 50%.

No que diz respeito a 2013, o indicador está vinculado à Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2013.

No último exercício, as TRs da 5ª Região julgaram 90,2% dos processos ingressados no ano de 2010, superando, dessa maneira, o alvo fixado em 50%.

Examinando o desempenho das turmas recursais que compõem a JF5, observamos que, em números absolutos, as turmas recursais da JFPE apresentaram o maior quantitativo de processos julgados (19.880) até o final do ano de 2013, relativos aos processos ingressados no ano de 2010, representando 32,68% do total de processos julgados na meta.

21.6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 2 dos anos de 2012 e 2013, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

22 - Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TC_{TRU} = 1 - \left(\frac{TBaix_{TRU}}{(Cn_{TRU} + Cp_{TRU})} \right)$$

Onde:



TC_{TRU} = Taxa de congestionamento nas TRUs;

$TBaix_{TRU}$ = Total de processos judiciais baixados nas TRUs;

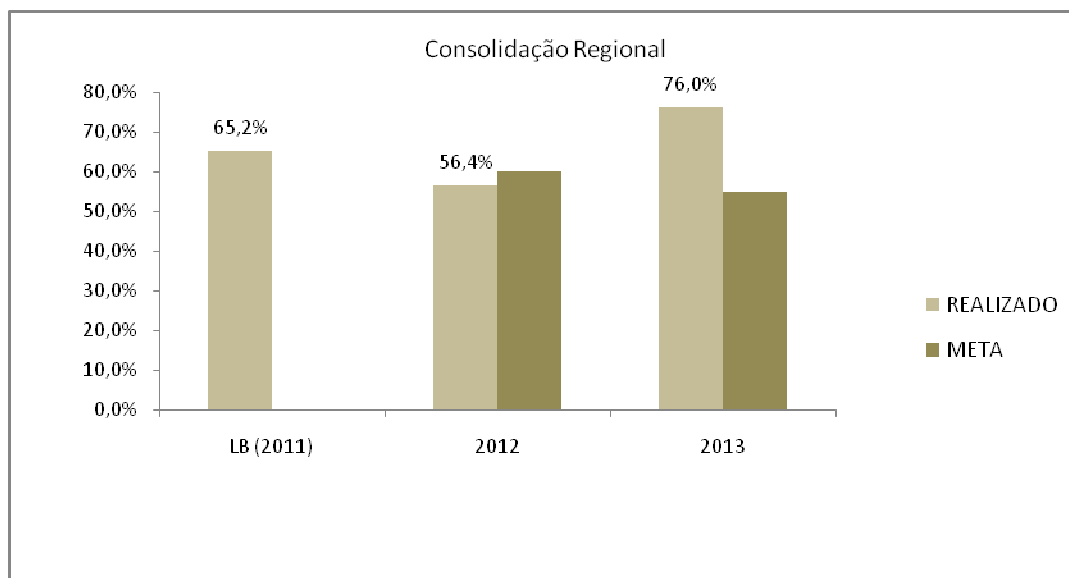
Cn_{TRU} = Casos novos nas TRUs;

Cp_{TRU} = Casos pendentes nas TRUs.

22.1. Desempenho regional (JR5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012	2013
Total de processos judiciais baixados na TRU	23	17	113
Casos novos na TRU	41	29	67
Casos pendentes na TRU	25	10	404
REALIZADO	65,2%	56,4%	76,0%
META		60,0%	55,0%
DESEMPENHO		109,0%	53,3%
SEMÁFORO			

22.2. Gráfico da consolidação regional.



22.3. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a TC_{TRU} alcançou o percentual de 65,2%, conforme verificamos no quadro 1 - Desempenho regional (JR5).

No ano de 2012, a TRU da 5ª Região conseguiu finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (número de casos novos ingressado no período acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 56,4%. Assim, o resultado obtido no índice é mais satisfatório, quando comparado à meta fixada (60%).

No exercício de 2013, constata-se, inicialmente, um surpreendente aumento do quantitativo de Casos pendentes (de baixa) na TRU, quando comparado com os valores do ano de 2012, passando de 10 para 404 feitos. De modo análogo, o quantitativo de processos judiciais baixados na TRU cresceu substancialmente, entre os períodos analisados.

Desse modo, a TC_{TRU} do ano de 2013 alcançou o patamar de 76%, ficando acima da meta fixada (55%).

Vale destacar que quanto maior o resultado do índice mais ineficiente à atuação da instituição, no cumprimento da meta vinculada ao indicador do objetivo estratégico.

22.4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

23 - Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização.

As informações das variáveis do índice serão coletadas pela AGE Nacional.

Análise do objetivo:

O PJe encontra-se implantado em todas as Seções Judiciárias da Justiça Federal da 5ª Região, bem como no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

A obrigatoriedade da utilização do Processo Judicial eletrônico para a propositura e tramitação das ações incluídas na classe “procedimento ordinário”, assim como de seus incidentes processuais e ações conexas, nas varas sediadas nas capitais dos Estados da 5ª Região se deu em 2012.

Como consequência, em dezembro de 2012, na Seção Judiciária de Alagoas (SJAL), 66% dos processos foram distribuídos pelo PJe, contra 34% em meio físico. Outra Seccional que também teve um aumento significativo na utilização do PJe por parte dos advogados foi a do Rio Grande do Norte, com 63%.

Em 2013, as Seções Judiciárias vinculadas tornaram o PJe obrigatório para a propositura e tramitação de todas as ações cíveis. Além disso, o PJe foi implantado na Vara Fiscal da JFRN para propositura, facultativamente, das execuções fiscais.

Como resultado dessas ações, no fim de 2013, em torno de 64% dos processos distribuídos no 1º Grau eram eletrônicos. No 2º Grau, esse número girava em torno de 22%.

Outrossim, os gestores de metas da Justiça Federal, em outubro de 2011, em reunião promovida pelo CNJ para definição das Metas para o Poder Judiciário para 2012 e 2013, escolheram como meta específica do segmento Justiça Federal a meta 11, que trata da implantação da gestão por processos de trabalho nas Turmas Recursais. A meta ficou descrita da seguinte forma:

Para 2012: Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais.

Para 2013: Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das Turmas Recursais.

Nos meses de agosto e setembro de 2012, com o objetivo de capacitar os servidores das Turmas Recursais da 5ª Região em gestão de processos, de modo a contribuir para a implantação de método de gerenciamento de rotinas, em atendimento à meta 11 do CNJ, foi ministrado, no ambiente EAD da 5ª Região, o curso “Gestão de Processos aplicada ao judiciário”. O aludido treinamento capacitou, ao todo, 40 (quarenta) servidores, teve carga horária de 30 horas e ainda contou com a participação de integrantes das áreas de gestão estratégica regional e seccional e da Coordenação dos JEFs da 5ª Região.

A partir de outubro de 2012, sob a coordenação do CJF, elegeu-se, para início dos trabalhos, a rotina “Processar Recursos Inominados”.

Nesta Região as atividades foram desenvolvidas por representantes das Turmas Recursais de Pernambuco, do Ceará, da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região, com o apoio técnico e metodológico da Seção de Gestão de Processos (unidade subordinada à SDI/TRF5) e com a supervisão bastante aproximada da Dra. Joana Carolina, representante da Gestora de Metas da 5ª Região.

Toda a documentação gerada foi enviada ao CJF dentro dos prazos estabelecidos. O Conselho consolidou todo material e disponibilizou para as regiões se manifestarem sobre o conteúdo do trabalho realizado. As contribuições desta região foram enviadas ao CJF e, no momento, aguarda-se a marcação de videoconferências/reuniões para que haja a deliberação conjunta entre o Conselho e os Tribunais acerca de tais contribuições, visando a consequente implantação do novo procedimento, em âmbito nacional.

Para 2013, dando sequência ao trabalho realizado em 2012, o gerenciamento de rotinas foi implantado na integralidade das TRs da 5ª região.

Já no final do exercício de 2012 foram providos nas Turmas Recursais os 15 (quinze) cargos de Juízes criados pela Lei nº 12.665/2012, regulamentada pela Resolução nº 198/2012-CJF, o que contribuiu com a melhoria dos índices das TRs e, por consequência, para o alcance do objetivo estratégico.

O objetivo estratégico em exame encontra-se atualmente com semáforo vermelho, pois há 01 (um) indicador associado com medição abaixo das expectativas (abaixo de 70%), sendo que 02 (dois) índices apresentam metas alcançadas com resultados acima de 100% (Indicadores 20 e 21).

Objetivo estratégico: Promover a conciliação.

Descrição do objetivo: Aumentar o número de audiências de conciliação designadas anualmente, na busca da pacificação social e solução de litígios, promovendo a celeridade e a efetividade.

Indicador:

24 - Taxa de audiência de conciliação.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

Onde:

$$TAC = \left[\left(\frac{NACA}{NACAA} \right) - 1 \right] \times 100$$

TAC = Taxa de audiências de conciliação;

NACA = Número de audiências de conciliação designadas no ano;

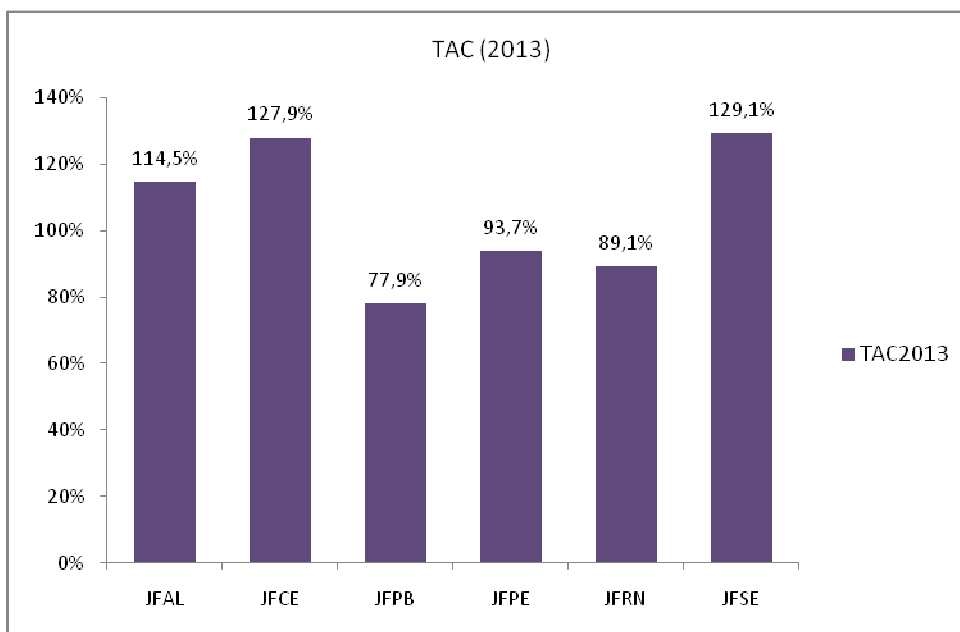
NACAA = Número de audiências de conciliação designadas no ano anterior.

24.1. Desempenhos por Seccionais.

	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Número de audiências de conciliação designadas no ano	29.045	45.792	20.617	15.588	10.799	10.425
Número de audiências de conciliação designadas no ano anterior	25.375	35.810	26.468	16.642	12.118	8.075

TAC ₂₀₁₃	114,5%	127,9%	77,9%	93,7%	89,1%	129,1%
META	110,0%	110,0%	110,0%	110,0%	110,0%	110,0%
DESEMPENHO	104,1%	116,2%	70,8%	85,2%	81,0%	117,4%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●

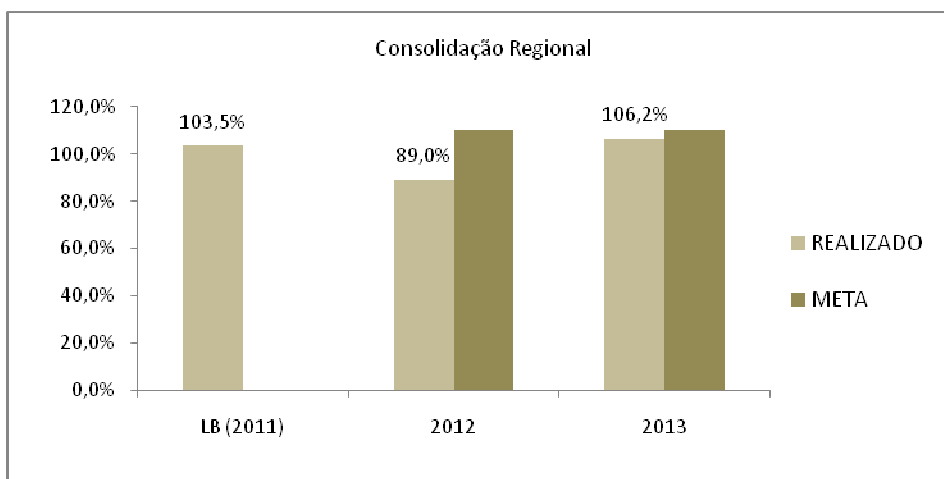
24.2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.



24.3. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012	2013
		acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Número de audiências de conciliação designadas no ano	139.886	124.488	132.266
Número de audiências de conciliação designadas no ano anterior	135.124	139.886	124.488
REALIZADO	103,5%	89,0%	106,2%
META		110,0%	110,0%
DESEMPENHO		80,9%	96,6%
SEMÁFORO		●	●

24.4. Gráfico da consolidação regional.



24.5. Análise do resultado do indicador.

O índice reflete as metas nacionais do Poder Judiciário nºs 10/2012 e 5/2013.

No ano de 2011, a JF5 alcançou um percentual de 103,5% audiências de conciliação designadas quando comparamos com o período anterior (2010).

Quando nos debruçamos nos resultados obtidos no ano de 2012, verificamos que a JF5 designou um quantitativo de 124.488 audiências de conciliação, sendo ineficiente em relação à superação em 10% da designação de audiências no ano de 2011 (139.886) e, dessa forma, não conseguiu alcançar a meta fixada para o índice.

Em que pese um número maior de audiências de conciliação designadas em 2013, realizando um desempenho de 106,5%, ao confrontarmos com o ano anterior, verifica-se que a JF5 não logrou êxito no alcance da meta programada (110%)

Examinando o desempenho das Seccionais que compõem a JF5, observamos que as seções judiciárias de Alagoas, Ceará e Sergipe mostram desempenhos acima do alvo estabelecido para o exercício de 2013, destacando-se a JFCE com uma taxa de 127,9%.

24.6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com as metas 10/2012 e 5/2013, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

Análise do objetivo:

O objetivo estratégico em exame encontra-se atualmente com semáforo verde, pois o indicador a ele associado está com medição entre 85% e 100%.

Objetivo estratégico: Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.

Descrição do objetivo: Implementar metodologias e ferramentas de gestão e o monitoramento e controle dos processos de trabalho, de forma a garantir o aprimoramento da gestão judiciária e administrativa.

Processos de trabalho identificados como estratégicos no horizonte 2012 a 2014: Conciliação (Instrução); Turmas Recursais e Turmas Regionais e Nacional de Uniformização; Gestão da estratégia; Governança e operacional de TI (COBIT E ITIL); Supervisão (Orçamentária; Administrativa; Disciplinar; Fiscalização).

Indicador:

25 - Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal.

O cálculo do indicador dependia da efetiva implantação da gestão por processos de trabalho na Justiça Federal, que está sendo coordenada pelo CJF, e embora seu resultado tenha sido apresentado no exercício anterior, verificou-se, no decorrer de 2013, que a descrição do indicador está causando dificuldades na ocasião do levantamento de dados, por conta da falta de definições criteriosas em relação aos processos de trabalho estratégicos da Justiça Federal.

Análise do objetivo:

Entende-se que a efetiva operacionalização do projeto estratégico nacional “Implantar e monitorar os processos estratégicos: Governança e operacional de TI (COBIT E ITIL); Conciliação; Supervisão (Orçamentária, administrativa, disciplinar, fiscalização)”, sob a coordenação do CJF, bem como a regulamentação e operacionalização do funcionamento dos escritórios de processos da JF poderão contribuir de forma bastante significativa para o aprimoramento do sistema de gestão judiciária e administrativa.

Em 2013, dando sequência ao trabalho realizado em 2012, o gerenciamento de rotinas foi implantado na integralidade das TRs da 5ª região, restando cumprida a Meta 5/2013 (Implementar gestão por processos de trabalho - gerenciamento de rotinas - em 100% das Turmas Recursais).

5. Perspectiva Recursos

Tema: Gestão de pessoas

Objetivo estratégico: Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.

Descrição do objetivo: Promover o desenvolvimento das competências necessárias (específicas e gerenciais), por meio de avaliação sistemática e educação continuada, na busca da excelência das ações dos magistrados e servidores vinculadas aos processos estratégicos, observando os planos nacionais de capacitação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores – PNA e PNC.

Indicadores:

26 - Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas.

O índice não foi mensurado, em face de dificuldades na coleta de dados de suas variáveis.

Atualmente, nova proposta está sendo analisada pelas unidades envolvidas na coleta de informações relacionadas às variáveis.

27 - Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas.

O índice não foi mensurado, em face de dificuldades na coleta de dados de suas variáveis.

Atualmente, nova proposta está sendo analisada pelas unidades envolvidas na coleta de informações relacionadas às variáveis.

Análise do objetivo:

As iniciativas local/regional “Implantação de uma base de educação à distância (EAD) para a JF5” e “Treinamento e desenvolvimento Funcional – TRF5” são as contribuições da Justiça Federal da 5ª Região encaminhadas a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhadas ao objetivo em exame.

Quanto a “Implantação de uma base de educação à distância (EAD) para a JF5”:

- Pelo fato do TRF5 não possuir no seu quadro funcional, pessoal com a capacitação necessária para fazer a administração técnica do Moodle, torna-se fundamental a contratação de empresa especializada para a realização dessa prestação de serviço. Nesse sentido, foi elaborado pelo NDRH e enviado a Seção de Tecnologia da Informação o esboço do Termo de Referência.
- Em 2012 houve capacitação para formação de tutores no qual participaram servidores e magistrados, visando criar o Banco de Tutores da 5ª Região.

Objetivo estratégico: Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores.

Descrição do objetivo: Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, contribuindo para o bem-estar dos magistrados e servidores, por meio da otimização da estrutura organizacional, de mecanismos que melhorem o bem-estar organizacional, da política de gestão de pessoas e das relações sócio-profissionais.

Indicadores:

28 - Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos magistrados.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TACOFM = \left(\frac{NAFA}{NAA} \right) \times 100$$

Onde:

TACOF = Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos magistrados;

NAFA = Número de assertivas com índice de favorabilidade atingido;

NAA = Número de assertivas avaliadas.

28.1. Desempenho Regional (JF5)

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidado 5ª Região
REALIZADO	-	70%	28%	54%	46%	72%	61%	65%
META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO	-	126,5%	51,4%	98,8%	83,0%	130,4%	110,7%	118,6%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●	●	●

28.2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa institucional de investigação sobre o clima organizacional na Justiça Federal, medindo a satisfação em relação às seguintes variáveis que compõem o clima organizacional: Trabalho em equipe, liderança, conhecimento do órgão, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação.

O resultado consolidado, 65% de assertivas consideradas favoráveis, revela que os magistrados da JF5 estão satisfeitos com o clima organizacional.

28.3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Os Relatórios de Pesquisa de Clima Organizacional de Magistrados e Servidores foram encaminhados as Seccionais da 5ª Região, com sugestões de divulgação dos resultados apresentados na pesquisa, bem como a elaboração de plano de ação, objetivando mitigar os pontos negativos, em caso de necessidade.

O Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano, discutiu as ações já implementadas em relação ao indicador, bem como sobre aquelas pendentes de implementação.

29 - Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos servidores.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TACOFS = \left(\frac{NAFA}{NAA} \right) \times 100$$

Onde:

TACOFS= Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos servidores;

NAFA = Número de assertivas com índice de favorabilidade atingido;

NAA = Número de assertivas avaliadas.

29.1. Desempenho Regional (JF5)

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidado 5ª Região
REALIZADO	86%	88%	23%	73%	86%	95%	80%	89%
META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO	157,0%	159,8%	41,3%	132,2%	157,0%	173,6%	146,0%	162,5%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●	●	●

29.2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa institucional de investigação sobre o clima organizacional na Justiça Federal, medindo a satisfação em relação às seguintes variáveis que compõem o clima organizacional: Trabalho em equipe, liderança, conhecimento do órgão, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação.

O resultado consolidado, 89% de assertivas consideradas favoráveis, revela que os servidores estão satisfeitos com o clima organizacional da JF5.

29.3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Os Relatórios de Pesquisa de Clima Organizacional de Magistrados e Servidores foram encaminhados as Seccionais da 5ª Região, com sugestões de divulgação dos resultados

apresentados na pesquisa, bem como a elaboração de plano de ação, objetivando mitigar os pontos negativos, em caso de necessidade.

O Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano, discutiu as ações já implementadas em relação ao indicador, bem como sobre aquelas pendentes de implementação.

Análise do objetivo:

O objetivo estratégico em exame se encontra, atualmente, com semáforo azul, pois os indicadores a ele associado estão com medições acima das expectativas, com desempenhos, consolidados em relação à 5ª Região, de 65% (Magistrados) e 89% (Servidores).

Ao se verificar os desempenhos de forma analítica, percebemos que, possivelmente, a Justiça Federal de Sergipe, em relação a magistrados e servidores, necessita implementar ações, no sentido de mitigar os pontos negativos expressos em sua pesquisa de clima, assim também a Justiça Federal da Paraíba, tão-somente em relação a magistrados.

Tema: Infraestrutura e TI

Objetivo estratégico: Garantir soluções tecnológicas efetivas.

Descrição do objetivo: Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação, adequando-os e promovendo a integração entre os órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica.

Indicador:

30 - Taxa de soluções de TI consideradas satisfatórias pelos clientes internos da Justiça Federal (5ª Região).

Fórmula de Cálculo do Indicador:

Onde:

TSTIS = Taxa de soluções de TI consideradas satisfatórias pelos clientes internos da Justiça Federal;

NSTIF = Número de soluções de TI com índice de favorabilidade atingido;

NSTIA = Total de soluções de TI avaliadas;

$$TSTIS = \frac{NSTIF}{NSTIA} \times 100$$

30.1. Desempenho Regional (JF5).

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidação 5ª Região
REALIZADO	100%	100%	33%	100%	100%	100%	67%	100%
META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO	181,8%	181,8%	60.%	181,8%	181,8%	181,8%	121,2%	181,8%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●	●	●

30.2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa de satisfação sobre o clima organizacional na Justiça Federal, especialmente em relação à percepção de magistrados e servidores da JF5 com os serviços prestados pelas áreas de tecnologia da informação.

O resultado consolidado revela um alto grau de magistrados e servidores satisfeitos com as soluções de TI da JF5.

30.3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Em relação ao projeto estratégico, Implantação da Central de Serviços de TI, foram realizadas as seguintes atividades em 2012: mapeamento do processo de atendimento aos usuários de TI; análise e diagnóstico dos problemas com o atual serviço; levantamento de soluções existentes no mercado (análise dos termos de referência elaborados por outras organizações do mesmo porte do TRF5); estudo e criação de modelo aderente ao modelo adotado pela Justiça Federal para a contratação de bens e serviços de TI (MCTI/JF); reuniões com fornecedores para análise de viabilidade das soluções disponíveis no mercado local e nacional; realização da Análise de Viabilidade da Contratação; elaboração da estratégia da Contratação e realização da análise de Riscos.

O projeto está com o Termo de Referência elaborado, sendo submetido à Assessoria Especial da Presidência e Assessoria Jurídica da Secretaria Administrativa desta Corte, para início dos procedimentos licitatórios.

Quanto ao projeto estratégico Implantação de DataCenter seguro - TRF5, foram realizadas as atividades a seguir:

Sala de Contingência TEMPORÁRIA - Sala de Switches.

- Termo de Referência para aquisição de No-breaks (2 de 10KVa) já finalizado.
- Pedido de Autorização de Despesa já iniciado.
- Finalização da elaboração do edital de licitação pela Comissão Permanente de Licitação, a fim de ser enviado para análise da Assessoria da Presidência e posterior encaminhamento à Secretaria Administrativa para providenciar a instauração do procedimento licitatório.

Datacenter PRINCIPAL (Sala Cofre)

- Termo de Referência relacionado à infraestrutura necessária para adequação do ambiente de TI (climatização, elétrica, etc) pendente de revisão/finalização pela Subsecretaria de Infraestrutura e Administração Predial (SIAP) - TRF5.

Datacenter CONTINGÊNCIA (Sala Segura)

- Termo de Referência concluído (com base no projeto que foi contratado) e pendente de revisão (financeira) pelas partes envolvidas (Subsecretaria de Infraestrutura e Administração Predial/TRF5 e Divisão de Infraestrutura de TI/Subsecretaria de Tecnologia da Informação – TRF5).

Análise do objetivo:

As iniciativas local/regional “Implantação de DataCenter seguro - TRF5” e “Modernização da Central de Serviços de TI – TRF5” são as contribuições da Justiça Federal da 5ª Região encaminhadas a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhadas ao objetivo em exame.

O objetivo estratégico em exame se encontra, atualmente, com semáforo azul, pois os indicadores a ele associados estão com medições acima das expectativas, com desempenhos, consolidados em relação à 5ª Região, de 100%.

Ao se verificar os desempenhos de forma analítica, percebemos que, possivelmente, a Justiça Federal de Sergipe, em relação a magistrados e servidores, necessita implementar ações, no sentido de mitigar os pontos negativos expressos em sua pesquisa de clima.

Objetivo estratégico: Prover estrutura e meios de segurança adequados.

Descrição do objetivo: Disponibilizar, com economicidade, infraestrutura física considerando a ergonomia, a acessibilidade, os processos de trabalho, a estrutura e os desenhos organizacionais; sistemas e meios para garantir a segurança pessoal e predial, permitindo a execução das atividades da Justiça Federal de forma eficiente, eficaz, efetiva e segura.

Indicadores:

31.1 - Taxa de instalações físicas e meios de segurança considerados satisfatórios pelos magistrados.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TIFMSM = \frac{NIF}{NIA} \times 100$$

Onde:

TIFMSM = Taxa de satisfação dos magistrados com as instalações físicas;

NIF = Número de itens com respostas positivas;

NIA = Total de itens avaliados.

31.1.1. Desempenho Regional (JF5).

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidado 5ª Região
REALIZADO		50%	25%	50%	75%	50%	75%	50%

META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO		90,9%	45,5%	90,9%	136,4%	90,9%	136,4%	90,9%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●	●	●

31.1.2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa institucional de investigação sobre o clima organizacional na Justiça Federal.

Em Relação a este índice, a pesquisa investigou a percepção dos magistrados em relação aos aspectos relacionados às instalações físicas e aos meios de segurança, considerando-se como meios de segurança todos os relativos à segurança pessoal, predial e da informação.

Os magistrados da JF5 consideraram as instalações físicas da JF5 muito satisfatórias, porém demonstraram enorme insatisfação com os meios de segurança.

31.1.3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Os Relatórios de Pesquisa de Clima Organizacional de Magistrados e Servidores foram encaminhados as Seccionais da 5ª Região, com sugestões de divulgação dos resultados apresentados na pesquisa, bem como a elaboração de plano de ação, objetivando mitigar os pontos negativos, em caso de necessidade.

O Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano, discutiu as ações já implementadas em relação ao indicador, bem como sobre aquelas pendentes de implementação.

O Comitê Institucional da Seção Judiciária de Sergipe, em reunião de análise da estratégia realizada em 23 de maio do corrente ano propôs a contratação de empresa para execução de projeto de segurança do edifício-sede; contratação de empresa para elaboração de projeto de segurança das Subseções Judiciárias e da 5ª Vara Federal – JEF; e, finalmente, contratação de empresa para elaboração de projeto de reforma predial do edifício-sede, das Subseções Judiciárias e da 5ª Vara Federal – JEF, como forma de mitigar os pontos negativos relativos ao indicador.

31.2 - Taxa de instalações físicas e meios de segurança considerados satisfatórios pelos servidores.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TIFMSS = \frac{NIF}{NIA} \times 100$$









Onde:

TIFMSS = Taxa de satisfação dos servidores com as instalações físicas;

NIF = Número de itens com respostas positivas;

NIA = Total de itens avaliados.

31.2.1. Desempenho Regional (JF5).

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidado 5ª Região
REALIZADO	100,0%	100,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	50,0%	100,0%
META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO	181,8%	181,8%	0,0%	181,8%	181,8%	181,8%	90,9%	181,8%
SEMÁFORO								

31.2.2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa institucional de investigação sobre o clima organizacional na Justiça Federal.

Em relação a este índice, a pesquisa investigou a percepção dos servidores em relação aos aspectos relacionados às instalações físicas e aos meios de segurança, considerando-se como meios de segurança todos os relativos à segurança pessoal, predial e da informação.

O resultado consolidado evidencia que os servidores estão muito satisfeitos com as instalações físicas da JF5.

31.2.3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Os Relatórios de Pesquisa de Clima Organizacional de Magistrados e Servidores foram encaminhados as Seccionais da 5ª Região, com sugestões de divulgação dos resultados apresentados na pesquisa, bem como a elaboração de plano de ação, objetivando mitigar os pontos negativos, em caso de necessidade.

O Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano, discutiu as ações já implementadas em relação ao indicador, bem como sobre aquelas pendentes de implementação.

O Comitê Institucional da Seção Judiciária de Sergipe, em reunião de análise da estratégia realizada em 23 de maio do corrente ano propôs a contratação de empresa para execução de projeto de segurança do edifício-sede; contratação de empresa para elaboração de projeto de segurança das Subseções Judiciárias e da 5ª Vara Federal – JEF; e, finalmente, contratação de empresa para elaboração de projeto de reforma predial do edifício-sede, das Subseções Judiciárias e da 5ª Vara Federal – JEF, como forma de mitigar os pontos negativos relativos ao indicador.

32 - Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade.

Encontra-se em andamento o diagnóstico, realizado pelo CJF, para identificar e priorizar as instalações que deverão ser reformadas para atender aos padrões de acessibilidade. Após diagnóstico será possível identificar o número de instalações a serem adequadas para em seguida começar a medição.

Análise do objetivo:

O objetivo estratégico em exame se encontra, atualmente, com semáforo verde, em relação a magistrados, e azul, quando relacionado a servidores. Os indicadores associados ao objetivo estratégico estão com desempenhos, consolidados em relação à 5ª Região, de 50% (magistrados), e de 100% (servidores).

Ao se verificar os desempenhos de forma analítica, percebemos que, possivelmente, a Justiça Federal de Sergipe, em relação a magistrados e servidores, necessita implementar ações, no sentido de mitigar os pontos negativos expressos em sua pesquisa de clima.

Além do mais, quando verificamos a pesquisa de clima de magistrados da 5ª Região, percebe-se que a segurança é o aspecto que impacta negativamente no resultado do indicador.

Tema: Orçamento

Objetivo estratégico: Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.

Descrição do objetivo: Garantir que haja recursos orçamentários, públicos ou não, suficientes vinculados à estratégia, de modo a garantir a sua execução de acordo com os objetivos e as metas estabelecidas no Mapa Estratégico.

Indicadores:

33 - Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida.

A unidade responsável pela coleta de dados das variáveis do índice informa que durante toda a tramitação da execução orçamentária (Pedido de autorização de despesa, licitação, empenho, liquidação e pagamento) não constam referências ao Planejamento Estratégico.

Apesar da existência formal do Planejamento Estratégico, ainda não se colocou em prática o acompanhamento da execução pelas unidades administrativas da JF5.

Diante do exposto, a Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade informa não dispor das informações solicitadas do indicador, haja vista que não há integração entre a execução orçamentária e o planejamento estratégico.

34 - Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado.

A unidade responsável pela coleta de dados das variáveis do índice informa que durante toda a tramitação da execução orçamentária (Pedido de autorização de despesa, licitação, empenho, liquidação e pagamento) não constam referências ao Planejamento Estratégico.

Apesar da existência formal do Planejamento Estratégico, ainda não se colocou em prática o acompanhamento da execução pelas unidades administrativas da JF5.

Diante do exposto, a Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade informa não dispor das informações solicitadas do indicador, haja vista que não há integração entre a execução orçamentária e o planejamento estratégico.

Análise do objetivo:







Em relação às ações empreendidas para execução do objetivo estratégico, foi realizada, no início de maio do corrente ano, reunião envolvendo a Diretoria-Geral, as Secretarias Judiciária e Administrativa, as Subsecretarias de Orçamento Finanças e Contabilidade, de Infraestrutura e Administração Predial, de Tecnologia da Informação, de Material e Patrimônio, de Apoio Especial e, finalmente, a Divisão de Desenvolvimento Institucional, tendo como finalidade proporcionar a integração entre a execução orçamentária e o planejamento estratégico, bem como a definição da ordem de prioridades de dispêndio, conforme a dotação orçamentária disponível para o exercício de 2013.

Como resultado da reunião, a Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade elaborou um conjunto de planilhas, solicitando o preenchimento pelas unidades organizacionais da área administrativa do TRF5, contando, inclusive, com informações acerca da vinculação das despesas previstas com os projetos, objetivos, temas e perspectivas do Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

6. Painel de Desempenho de Indicadores - 5ª Região

PAINEL DE DESEMPENHO DE INDICADORES - 2013 - 5ª REGIÃO							
Missão: Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva. Visão: Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica até 2014.			Indicador Estratégico	Meta	Realizado	Desempenho	Semáforo
			1. Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal	100%	Apuração pela AGE Nacional		
Perspectiva	Tema	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta	Realizado	Desempenho	Semáforo
Sociedade		Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva	2. Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão)	55%	N/A	N/A	●
Processos Internos	Alinhamento e integração	Assegurar a atuação sistêmica na Justiça Federal.	3. Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal	70% (2014)	Apuração em 2014		
			5. Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais	40%	Apuração pela AGE Nacional		
	Acesso à justiça	Facilitar o acesso à Justiça.	6. Taxa de implantação de varas	100%	100%	100%	●
			7. Taxa de nomeação dos cargos vagos de magistrados	100%	0,0%	0,0%	●
			8. Taxa de efetividade do acesso à Justiça	80% (2014)	Apuração em 2014		
	Eficiência operacional	Agilizar os trâmites judiciais.	9. Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF disponíveis via web	80% (2013)	Projeto em desenvolvimento no Conselho da Justiça Federal		
10. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau			40%	46,90%	88,4%	●	

Processos Internos	Eficiência operacional	Agilizar os trâmites judiciais.	11. Taxa de processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	115%	102,6%	89,2%	●
			12. Taxa de processos antigos julgados no 1º grau	50%	66,6%	133,2%	●
			13. Taxa de congestionamento do 2º grau	45,0%	46,5%	97,3%	●
			14. Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	115%	111,3%	96,8%	●
			15. Taxa de processos antigos julgados no 2º grau	50%	99,8%	199,7%	●
			16. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF	33%	18,0%	122,3%	●
			17. Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	115%	101,9%	88,6%	●
			18. Taxa de processos antigos julgados no JEF	50%	99,7%	199,5%	●
			19. Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos	100%	99,0%	99,0%	●
		Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.	20. Taxa de congestionamento na turma recursal	66%	28,6%	210,1%	●
			21. Taxa de processos antigos julgados na turma recursal	50%	90,2%	180,5%	●
			22. Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização	55%	76,0%	53,3%	●

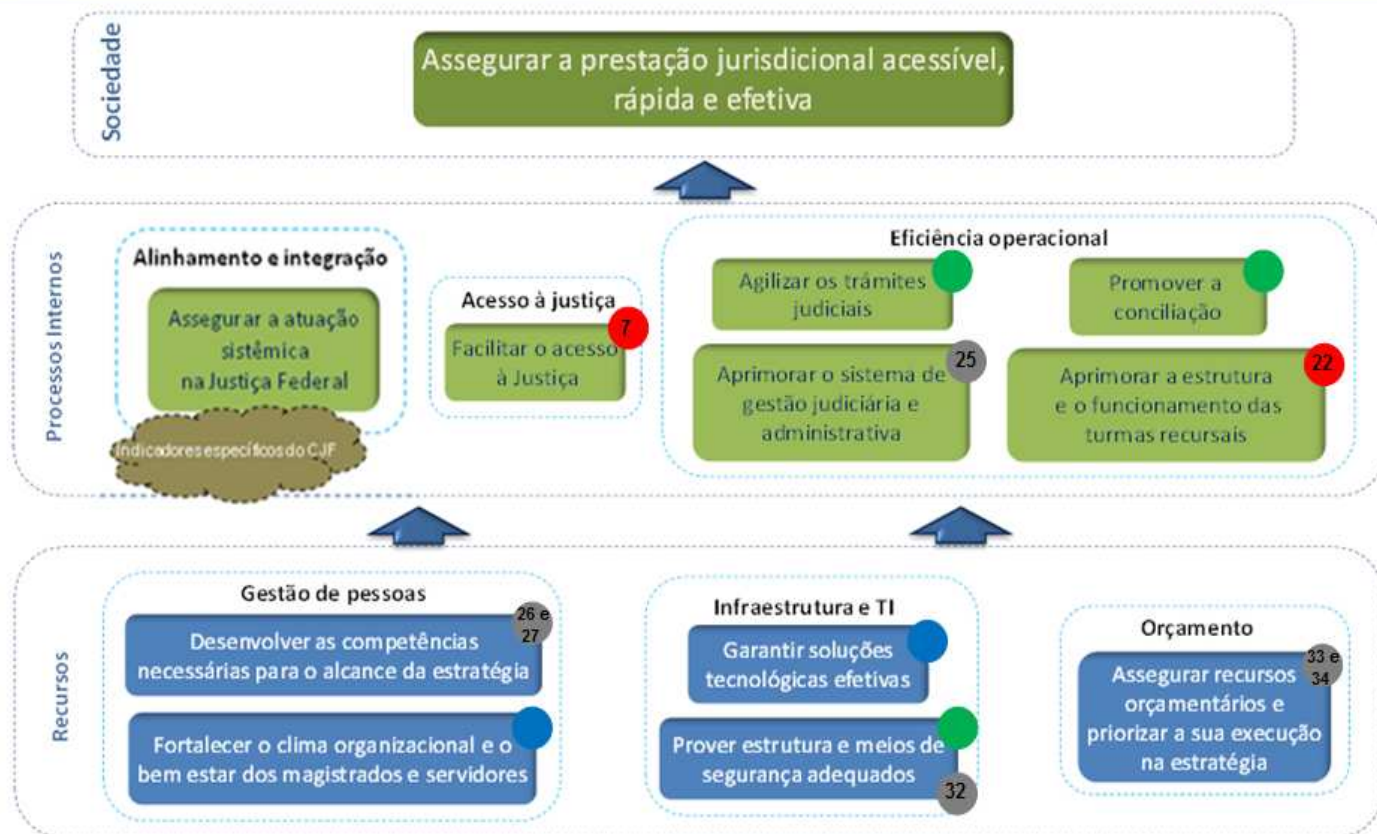
Processos Internos	Eficiência operacional	Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.	23. Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização	25%	Apuração pela AGE Nacional		
		Promover a conciliação.	24. Taxa de audiências de conciliação	110%	106,2%	96,6%	
		Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.	25. Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal	70%	N/A	N/A	
Recursos	Gestão de pessoas	Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.	26. Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas	70%	Em revisão		
			27. Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas	70%	Em revisão		
		Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores.	28. Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos magistrados	55%	65%	118,60%	
	29. Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos servidores		55%	89%	162,50%		
	Infraestrutura e TI	Garantir soluções tecnológicas efetivas.	30.1 Taxa de soluções de TI consideradas satisfatórias pelos clientes internos da Justiça Federal - Magistrados	55%	100%	181,80%	
			30.2 Taxa de soluções de TI consideradas satisfatórias pelos clientes internos da Justiça Federal - Servidores	55%	100%	181,80%	

Recursos	Infraestrutura e TI	Prover estrutura e meios de segurança adequados.	31.1 Taxa de instalações físicas e meios de segurança considerados satisfatórios pelos magistrados	55%	50%	90,90%	●
			31.2 Taxa de instalações físicas e meios de segurança considerados satisfatórios pelos servidores	55%	100%	181,80%	●
			32. Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade	-	Em revisão		
	Orçamento	Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.	33. Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida	100%	Apuração pela AGE Nacional		
			34. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado	100%	N/A	N/A	●

7. Caminho crítico - 5ª Região

Missão: Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva

Visão: Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica



Caminho crítico² é o conjunto de objetivos escolhidos para discussão na Reunião de Análise da Estratégia (RAE).

² Caminho crítico é o conjunto de objetivos escolhidos dentre aqueles que estão mais longe de alcançar suas metas ou que extrapolaram as metas previstas para o final do horizonte estratégico.

8. Considerações Finais

Após apreciação pelo Comitê Institucional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o relatório foi aprovado, e será encaminhado a Área de Gestão Estratégica Nacional (Secretaria de Desenvolvimento Institucional/Conselho a Justiça Federal).

Recife, 23 de maio de 2014.

João do Carmo Botelho Falcão
Diretor-Geral – TRF 5ª Região

Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio
Diretora da Secretaria Administrativa
TRF 5ª Região

Telma Roberta Vasconcelos Mota
Diretora da Secretaria Judiciária – TRF 5ª Região

Fernanda Marques Montenegro
Diretora da Subsecretaria de Tecnologia da
Informação – TRF 5ª Região

Onaldo Manguiera de Melo
Diretor da Subsecretaria de Pessoal – TRF 5ª
Região

Isabelle de Almeida Câmara
Diretora da Divisão de Comunicação Social – TRF 5ª
Região

Luiz Carlos Targino Dantas
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Institucional
Diretoria-Geral – TRF 5ª Região

Geraldo Alves da Silva Júnior
Diretor do Núcleo de Planejamento Estratégico
Divisão de Desenvolvimento Institucional
Diretoria-Geral – TRF 5ª Região

Marcos José Claudino do Rêgo
Diretor do Núcleo de Planejamento e Informações
Gerenciais
Divisão de Desenvolvimento Institucional
Diretoria-Geral – TRF 5ª Região